



V SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO **OITOCENTISTA** RELIGIÃO, CULTURA E PODER

CADERNO DE RESUMOS

25 a 28 de setembro de 2018
Local: UEMA, Prédio da História,
Centro Histórico, São Luís.

Realização

NEMO XEX
Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista

PPGHIST
Programa de Pós-Graduação em História - UEMA

Apoio

PPGHis|UFMA
Programa de Pós-Graduação em História

FAPEMA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

EDITORAS UEMA


V SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA

RELIGIÃO, CULTURA E PODER

25 A 28 DE SETEMBRO

CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZADORES

MARCELO CHECHE GALVES

ÍTALO DOMINGOS SANTIROCCHI

MÁRIO AUGUSTO CARVALHO BEZERRA

SÃO LUÍS – MA

2018

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO)

COMITÊ ORGANIZADOR

Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (UEMA)

Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe (UFPI)

Dr. Fabio Henrique Monteiro Silva (UEMA)

Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA)

Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Dra. Monica Piccolo Chaves (UEMA)

Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

Dr. Roni César Andrade de Araújo (UFMA)

Dra. Wilma Peres Costa (UNIFESP)

Dr. Yuri Michael Pereira Costa (UEMA)

SECRETARIA DO EVENTO

Mário Augusto Carvalho Bezerra

EDITORAÇÃO

Mário Augusto Carvalho Bezerra

ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME

Ítalo Domingos Santirocchi

Marcelo Cheche Galves

Mário Augusto Carvalho Bezerra

Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: religião, cultura e poder (5.:2018: São Luís, MA).

Caderno de resumos do V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: religião, cultura e poder de 25 a 28/09/2018 / Organizadores, Marcelo Cheche Galves, Ítalo Domingos Santirocchi, Mário Augusto Carvalho Bezerra. – São Luís: Editora UEMA, 2018.

Internet

40 p.

ISBN - 978-85-8227-202-2

1.História. 2.Brasil. 3.Maranhão. 4.Império. I. Galves, Marcelo Cheche. II. Santirocchi, Ítalo Domingos. III. Bezerra, Mário Augusto Carvalho. IV.Título.



SUMÁRIO

Simpósios Temáticos – Quadro de Programação	05
Simpósio Temático – Imprensa, representações e identidades.....	06
Simpósio Temático – Impressos no Brasil do Oitocentos	08
Simpósio Temático – O espaço da política nos estudos sobre os Oitocentos	11
Simpósio Temático – História e Literatura.....	16
Simpósio Temático – História, sertão e memória.....	18
Simpósio Temático – As instituições escolares no Maranhão oitocentista	22
Simpósio Temático – As expressões da morte no século XIX.....	24
Simpósio Temático – Religião, religiosidade e poder no Brasil oitocentista.....	27
Simpósio Temático – Poder e política no Oitocentos: origem e composição social das elites no Império	32
Simpósio Temático – Relações de gênero na sociedade maranhense oitocentista.....	35

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS – QUADRO DE PROGRAMAÇÃO

V Simpósio de História do Maranhão Oitocentista			
25 a 28 de setembro / São Luís – MA			
Simpósios Temáticos (ST) – 9h às 12h			
Sala / Dias*	<u>26/09/2018</u>	<u>27/09/2018</u>	<u>28/09/2018</u>
Sala 1	ST – O espaço da política nos estudos sobre os Oitocentos	ST – O espaço da política nos estudos sobre os Oitocentos	ST – História e Literatura
Sala 2	ST – Imprensa, representações e identidades	ST – História, sertão e memória	ST – História, sertão e memória
Sala 3	ST – Relações de gênero na sociedade maranhense oitocentista	ST – Relações de gênero na sociedade maranhense oitocentista	ST – As instituições escolares no Maranhão oitocentista
Sala 4	ST – As expressões da morte no século XIX	ST – Impressos no Brasil do Oitocentos	ST – Religião, religiosidade e poder no Brasil oitocentista
Sala 5	ST – Poder e política no Oitocentos: origem e composição social das elites no Império	ST – Religião, religiosidade e poder no Brasil oitocentista	

*Os simpósios temáticos ocorrerão nas salas do Prédio do Curso de História da UEMA, Centro Histórico, Rua da Estrela nº 329, Praia Grande.

ST – IMPRENSA, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES

Coordenação: Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (UEMA)

Um longo debate acerca da utilização dos jornais como fontes de pesquisa para a história inicia em fins do século XX. Naquela conjuntura foi perceptível a importância dos periódicos para o enriquecimento historiográfico, na medida em que possibilitavam uma maior compreensão acerca dos comportamentos, representações e práticas de uma dada sociedade. Dessa forma, os jornais se tornaram fontes fundamentais para o estudo de temáticas diversas. Assim, o presente simpósio tem como campo de debate questões ligadas a produção de escritos sobre o gênero e representações acerca do feminino, práticas culturais e festivas; a imprensa negra no pós-abolição, memórias da escravidão e reconfiguração de identidades.

CONTRA OU A FAVOR! DEBATES SOBRE O TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS NOS JORNais MARANHENSES

Cristiane Pinheiro Santos Jacinto

Já é recorrente na historiografia a relevância da imprensa enquanto fonte e objeto para os historiadores. A utilização da escrita periódica permite uma aproximação com o cotidiano e com as ideias defendidas, principalmente, por aqueles que tinham voz nesses espaços. Os diversos periódicos que circulavam na capital maranhense na segunda metade do século XIX traziam múltiplos debates, entre eles aqueles relacionados à escravidão. Neste trabalho me disponho a analisar os principais embates realizados em torno do tráfico interprovincial de escravos, que tomou força na província a partir da proibição do tráfico transatlântico de escravos ocorrido em 1850, e que suscitou uma intensa batalha entre aqueles que se colocavam contra ou a favor de tal comércio. Argumentos econômicos e humanitários nortearam muitas das falas presentes nos jornais o que me possibilitou visualizar um panorama mais amplo dessa atividade comercial e seus impactos no cotidiano da província e na vida dos escravos.

DOM JOAQUIM ANTÔNIO DE ALMEIDA NUMA IGREJA DO SACRIFÍCIO: ULTRAMONTANISMO PIAUENSE E OS EMBATES DO TEMPO / 1906 – 1912

José de Jesus Redusino

O presente artigo analisa a institucionalização do ultramontanismo na Diocese do Piauí e os conflitos entre clericais e anticlericais advindos com proclamação da República provocados pelas ações modernistas do seu primeiro bispo, Dom Joaquim Antônio de Almeida no período de 1906 a 1912. Procuramos explicitar os embates do tempo que colocaram em lados opostos, o poder espiritual, representado pela Igreja Católica, que buscava a afirmação de sua identidade e o poder secular, retratado pelos intelectuais liberais. Tomamos como fontes o jornal *O Apóstolo* (1907-1912), órgão oficial do bispado piauense. Nos apropriamos das falas dos autores, QUEIROZ (2011), NETO et LIBÓRIO (2016), BARROS (1998), FAGUNDES (2011), CAMPOS (2010), WERNET (1987), MATTOSO (1992), PINHEIRO (2001) para efetivar o nosso diálogo.

O JORNAL PACOTILHA: HISTORICIDADE, TESES E ARGUMENTOS DE PROTAGONISTAS DE SEU PENSAMENTO ABOLICIONISTA NA DÉCADA DE 1880

Josenildo de Jesus Pereira

No Brasil, a imprensa periódica foi criada pelo rei português D. João VI após se instalar, no Rio de Janeiro, em 1808 com os demais constituintes da Corte portuguesa. No Maranhão, a arte tipográfica foi instalada por

iniciativa do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca com a inauguração, em 31 de outubro de 1821, da Tipografia Nacional Maranhense, na qual foi impresso o primeiro jornal da província: O Conciliador do Maranhão. Ao longo do século XIX, a imprensa, mas, sobretudo os jornais com diferentes perfis políticos, ideológicos e finalidades; diários ou não, tiveram uma centralidade na vida cotidiana das províncias constituintes do Império brasileiro não só porque os seus protagonistas tratavam e publicavam as suas interpretações acerca dos mais diversos temas e problemas; mas, porque, desse modo, se constituíam para o futuro no fórum e no filtro da dinâmica social e história desse tempo. Assim sendo, para os historiadores de hoje, os jornais do século XIX brasileiro, se constituem num aporte documental de singular relevância para a pesquisa histórica relativa a qualquer tema. Entre os jornais maranhenses que circulavam na década de 1880, nos interessa analisar o Jornal Pacotilha porque se apresentava, à época, sem vinculação política e ideológica, republicano e abolicionista. A escravidão era o tema que estava, nessa década, na ordem do dia. Então, devido a este modo de se apresentar ao público leitor, é importante investigar os fundamentos das ideias de seus protagonistas acerca da abolição do trabalho escravo e do futuro de ex-escravos no Maranhão.

A ABOLIÇÃO NOS IMPRESSOS: NOVAS ABORDAGENS SOBRE A IMPRENSA ABOLICIONISTA NO MARANHÃO

Tatiana Raquel Reis Silva

Com o advento da imprensa no Maranhão no ano de 1821 os debates sobre a escravidão passaram a ocupar as páginas dos períodos que circulavam na província. É possível localizar uma gama expressiva de pesquisas que têm buscado perceber os embates em torno da continuidade ou não do trabalho escravo. De fato muitas dessas abordagens tomam como foco de análise os periódicos de grande circulação. No entanto, existiram outros jornais que ocuparam um lugar intermediário, em geral, jornais pequenos e com pouca circulação, que também contribuíram para acirrar os debates em torno da escravidão. Assim, o intuito é compreender o contexto de emergência destes jornais e sua inserção nessa arena de debate, bem como as críticas direcionadas a outros periódicos, no tocante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. De forma particular, busca-se analisar o jornal Carapuça.

ST – IMPRESSOS NO BRASIL DO OITOCENTOS

Coordenação: Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Ms. Romário Sampaio Basílio (Doutorando – Universidade Nova de Lisboa)

Esse simpósio se insere no trabalho enfrentado por pesquisadores nos últimos anos no intuito de recuperar registros, e oferecer interpretações, sobre uma sociedade letrada, já na transição do mundo luso-brasileiro nas primeiras décadas do XIX. Distantes de uma história por vezes acusada de “elitista”, interessa-nos a difusão por vezes acusada de “elitista”, interessa-nos a difusão da palavra escrita (e ouvida) nos debates políticos, nas práticas comerciais – incluindo a comercialização dos próprios impressos, no âmbito familiar e na difusão de uma literatura oscilante entre o livro e o folhetim. Assim, priorizaremos trabalhos voltados para a análise de jornais e folhetos, círculos literários, comércio de livros, trajetória de publicistas e outras temáticas relacionadas à produção, posse, comércio e circulação de impressos ao longo do oitocentos.

A AGRICULTURA NO INÍCIO DO MARANHÃO OITOCENTISTA POR MEIO DAS MEMÓRIAS E IMPRESSOS CIENTÍFICOS

Flávio Pereira Costa Júnior

No final do século XVIII, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e Ultramar, ordenou que fossem enviados pelos governadores das capitâncias da América Lusitana relatórios contendo informações sobre a agricultura dessas regiões. Dentre estes, o presente trabalho destaca o relatório apresentado pelo governador D. Fernando Antônio de Noronha da capitania do Maranhão. Este relatório foi possivelmente feito por Raimundo Gaioso, intelectual ilustrado que tinha vastos conhecimentos sobre a agricultura local. No entanto, este não foi o único trabalho que tratou deste assunto no período, pois outro intelectual e que era secretário de governo nesta capitania, Joaquim José Sabino, produziu uma memória mais detalhada sobre o tema. Por outro lado, é possível notar na virada para o Oitocentos que havia envios de impressos científicos tratando sobre a agricultura. Assim o presente trabalho tem como objetivo relacionar a feitura deste relatório e a circulação desta tipologia de impressos na região com o projeto colonial do período como mote de desenvolvimento econômico para o Império Lusitano.

A IMPRENSA COMERCIAL NA BAHIA OITOCENTISTA (1830-1870): NOTAS SOBRE RELAÇÕES TECIDAS ENTRE MARAÚ E SALVADOR.

Julian de Souza da Mota

A imprensa periódica desempenhou importante papel durante todo o século XIX, não só na oposição que alguns jornais fizeram à Monarquia, mas também durante toda a campanha abolicionista, já que foram os jornais uma das mais importantes arenas de luta política no Brasil Oitocentista. A imprensa periódica não se limitava apenas às lutas políticas, uma análise atenta dos jornais que circulavam na Salvador do século XIX, nos permite também entrever questões que perpassam pela economia provincial. Essa comunicação visa discutir a importância da imprensa periódica para a comercialização das mercadorias que saiam da Vila de São Sebastião do Maraú para a capital da província, já que foi a última o principal centro recebedor e distribuidor de produtos que chegavam a capital fosse por rio, terra ou mar que conectavam o interior à capital e a capital ao resto do império e do mundo. Os jornais *O de notícias*, *Correio mercantil* e *O comércio da Bahia* noticiaram entre as décadas de 1830- 1870, a intensa movimentação de embarcações advindas da vila de Maraú carregadas com farinha de mandioca, arroz, lenha e piaçava apontando assim, que os comerciantes marauenses viam na imprensa uma aliada na hora de vender seus produtos. Por outro lado a análise dos inventários dos moradores de Maraú nos deixa a par de que havia um refluxo, ou seja, saíam

mercadorias, mas também entravam mercadorias tais como rendas e sapatos franceses; manteiga inglesa entre uma variedade de produtos vindos de dentro e de fora do império. Para tal fim utilizaremos o método indiciário e quando possível à ligação nominativa, para compreendermos como funcionava a dinâmica comercial tendo como fio condutor a relação comercial entre Maraú e Salvador.

ESTADO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA: O CONSELHO PRESIDIAL E O CONTROLE DA PALAVRA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1825-1832)

Lucivan Vieira dos Santos Junior

A proposta desse trabalho é analisar as tensões que marcaram convívio entre Estado e o direito de liberdade de expressão, nos primeiros anos do Império brasileiro por meio dos embates travados entre o Conselho Presidial do Maranhão e os veículos de opinião em circulação nesta província. Os Conselhos Presidiais foram órgãos criados na Assembleia Constituinte, por meio da Carta de 20 de Outubro de 1823, e tiveram grande destaque na administração das províncias, por concederem as elites regionais um espaço de representação política no qual pudessem atender suas demandas e reivindicações particulares. No Maranhão, entre 1825 e 1834, as atas do Conselho Presidial registram que esse órgão tratou de diversas demandas específicas da província, tais como: a organização da educação pública, problemas agrícolas, conflitos de jurisdição entre autoridades, problemas de infraestrutura das vilas, controles indígenas, entre outros. O foco da pesquisa recai, sobre papel que o Conselho Presidial exerceu no controle e vigilância das opiniões presentes nos pasquins e impressos em circulação na província do Maranhão, se valendo dos aparatos legais, referentes aos abusos da liberdade de expressão para coibir a produção de textos que fizessem oposição ao governo, e pusessem em risco a estabilidade política da província. Entre os casos em que o Conselho Presidial tratou de coibir a proliferação de opiniões que fizessem oposição ao governo, destacam-se as tentativas implementas por esse órgão em 1828, de censurar os conteúdos presentes no periódico *O Farol Maranhense*.

FONTES PARA O ESTUDO DO COMÉRCIO DE IMPRESSOS EM SÃO LUÍS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS

Marcelo Cheche Galves

Estudos recentes sobre a circulação de impressos em São Luís do Maranhão, nas primeiras décadas do Oitocentos, apontam para um circuito envolvendo tipografias, editores, autores, livreiros e comerciantes não especializados, grupo que aqui nos interessa mais de perto. A atuação desses comerciantes transparece especialmente em dois conjuntos documentais: o Fundo da Real Mesa Censória, preservado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo; e os anúncios nos jornais impressos em São Luís, a partir de 1821. O objetivo desse trabalho é apresentar parte dessa documentação, já catalogada, resultado do projeto de pesquisa Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1834).

IMPRESSOS E MANUSCRITOS DO LIBERALISMO CLÁSSICO EM PORTUGAL: A ECONOMIA POLÍTICA DE MANUEL ANTÓNIO LEITÃO BANDEIRA PARA O MARANHÃO E PARA O IMPÉRIO (1785-1819)

Romário Sampaio Basílio

Nesta comunicação exponho os resultados de uma investigação que acompanha a trajetória do bacharel Manuel António Leitão Bandeira em finais do século XVIII até primeiro quartel do Oitocentos. O bacharel objeto desta investigação, português em trânsito pelo Império, atuou em diversas instâncias burocráticas e, pelas hierarquias, também utilizou a Economia Política como forma intelectual e erudita de se corresponder

e estabelecer conexões com o Reino. Egresso da Universidade de Coimbra, possuiu conexões com grande parte dos principais ministros e secretários dos consulados Pombalino e Mariano. Os extratos resgatados demonstram a articulação do sujeito com o campo intelectual onde estava inserido e dos usos da Economia política e do memorialismo das mais variadas formas, seja para a recepção de mercês ou mesmo do estabelecimento de uma interlocução e reconhecimento intelectual. Os “burocratas ilustrados”, como o aqui apresento, colocaram em circulação não só um largo conjunto de escritos memorialísticos e ensaísticos, mas também poéticos e dramáticos que foram colocados tanto a serviço de seus interesses pessoais como de grupo. Dos gabinetes e das desembargadorias, os burocratas expressaram numerosa parcela de “intelectuais médios” que não experimentaram grande êxito intelectual em vida e nem mesmo suficiente prestígio que os possibilitasse escapar da “morte da memória” operada por uma historiografia contemporânea que se concentrou na geração seguinte, que assistiu e participou ativamente na Revolução do Porto (1820) e seus desdobramentos. Sem serem autores de grandes contribuições, seja para a Economia política, História natural, ou mesmo para a Poesia, e inseridos numa “cultura burocrática ilustrada” estiveram num circuito de circulação e difusão de saberes, tanto como produtores de discursos como proporcionadores das dinâmicas de difusão bibliográficas. As questões colocadas em torno de Manuel António Leitão Bandeira referem-se a uma tentativa de perceber as hierarquias políticas e intelectuais e os usos da escrita, numa sociedade com limitado acesso à literacia. Busco também os pontos de aproximação e distanciamento dos escritos e ideias do bacharel com outras manifestações letradas de outras figuras do Império Luso-brasileiro.

DA REINTERPRETAÇÃO DO PASSADO À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: CULTURAS POLÍTICAS DA INDEPENDÊNCIA E OS EMBATES ENTRE ARGOS DA LEI E O CENSOR

Roni Cesar Andrade de Araújo

Na medida em que as querelas políticas que dominaram o Maranhão desde os tempos das guerras pela adesão à independência, não foram resolvidas naquele 28 de julho de 1823, os ânimos permaneceram aflorados e a luta pela delimitação dos espaços a serem ocupados por “brasileiros” e “portugueses” tornava o cenário ainda mais instável. Agora, em 1825, a própria definição da cidadania brasileira caminhava à medida que este embate entre os nascidos no Brasil e na Europa se conformava à realidade político-social da província. Nesse sentido, o Argos da Lei e o Censor passaram a ser um importante espaço para o debate acerca das grandes questões em torno da definição da cidadania e, consequentemente, dos direitos e das garantias constitucionais. Nesse jogo de convencimento e arregimentação de seguidores, é possível ver em ação um movimento de profunda ressignificação das palavras, de remodelação da linguagem e de reconstrução do próprio passado.

A POLITICA DE REFORMAS DE D. RODRIGO E OS LIVROS CIENTÍFICOS NO MARANHÃO

Rosivaldo Brito da Silva

Este estudo busca abordar a circulação de livros científicos na capitania do Maranhão (1796-1804). Para tanto, procuramos mapear a circulação de livros na capitania na virada para o Oitocentos; identificar os títulos e classificá-los por área, com intuito de compreender indícios da inserção do Maranhão no reformismo ilustrado português. Também evidenciamos a relação das ciências naturais com o iluminismo. A fonte utilizada foi a documentação da Real Mesa Censória (1796-1804), além de estudos bibliográficos sobre a Casa Literária do Arco do Cego, instituição criada por D. Rodrigo. Como resultados, constatamos que os livros científicos emergiram na política de reformas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que incentivava a publicação de obras que pudessem desenvolver, de modo integrado, os domínios portugueses. Por fim, o trabalho aponta para evidências de uma cultura impressa no Maranhão para o período em questão, com ênfase ao que caracterizamos aqui como literatura científica.

ST – O ESPAÇO DA POLÍTICA NOS ESTUDOS SOBRE OS OITOCENTOS

Coordenação: Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

Até o início do século XX, a produção historiográfica era basicamente de história política. Sob influência da chamada Escola dos Annales e das abordagens marxistas, as temáticas políticas perderam importância, tornaram-se (mal)ditas. Porém, nas últimas décadas, elas voltaram a despertar o interesse dos historiadores e vivesse o que foi denominado “retorno da história política. As velhas temáticas ressurgiram, trabalhadas com novos questionamentos, novas fontes e abordagens. E novas temáticas são construídas num movimento incessante, que se beneficia do diálogo interdisciplinar que a história trava com a Filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, o Direito e outros saberes. Nesse contexto, este seminário temático se propõe ser um espaço de diálogo para historiadores e estudiosos de outras áreas das ciências humanas e sociais, que tenham pesquisas acerca de temas e abordagens relacionadas ao mundo da política nos Oitocentos, a saber: Estado, micro poderes, jogos políticos, cultura política e ideias políticas.

NOVO HORIZONTE DE EXPECTATIVAS: O VINTISMO E SUA DISSEMINAÇÃO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Ana Lívia Aguiar de Sena

Este artigo tem por finalidade refletir sobre as transformações ocorridas nas duas primeiras décadas do Oitocentos, através da análise das ideias disseminadas pela revolução portuense no além mar. A Revolução do Porto (1820), movimentou-se no sentido de romper o jugo imposto pela permanência de tropas estrangeiras em seu território. Esta revolução buscava o restabelecimento da antiga soberania. Para além destas questões, influenciaram sobremaneira a política de suas colônias além-mar possibilitando o surgimento de um “novo horizonte de expectativas”. As novas expectativas geradas se refletiram em relação às políticas estabelecidas por meio das práticas, dos discursos e das representações políticas produzidas pelos habitantes naturais ou não da província do Maranhão, que expressavam quais eram as atitudes e crenças em relação a este processo político que começava a se delinear. Para isso, utilizarei noções como: apropriação, recepção e representação no âmbito da cultura política luso brasileira nos dois primeiros decênios do século XIX. Neste sentido, torna-se emblemático a aceitação do projeto constitucional vintista na capitania do Maranhão, a partir do documento produzido pela câmara de São Luís. Este documento encontra-se nas bases digitalizadas do arquivo histórico ultramarino e nos possibilita o mapeamento das principais ideias que estavam em voga no período, bem como o mapeamento das principais figuras políticas da província do Maranhão.

AS IDEIAS POLÍTICAS DE VARNHAGEN NO MEMORIAL ORGÂNICO (1849-1850-1851)

Ana Priscila de Sousa Sá

O trabalho pretende analisar o pensamento político do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen a partir de sua obra Memorial orgânico, escrita e publicada entre 1849 (parte I) e 1850 (parte II) em Madri e que teve a primeira parte reeditada em 1851, no Rio de Janeiro. O Memorial pode ser compreendido como um programa de Estado que propôs a reorganização político-administrativa nacional. Uma proposta teórica complementada por um plano de ações no qual Varnhagen fez o “diagnóstico” do Império, apontou os problemas que afetavam o país e propôs as soluções e remédios, uma série de medidas para a organização do Estado, construção de uma nação soberana, necessidade de se manter a todo custo a unidade territorial desta nação, processos de imigração incentivada, como possível solução para equacionar a problemática questão

do trabalho e a estratégia de ocupação e estabilização do território imenso. As seis medidas apresentadas por Varnhagen objetivavam organizar o território e a população do Império, sendo elas: redivisão territorial, mudança da capital para o interior, abertura das comunicações gerais, extinção do tráfico de escravos, civilização dos índios por tutela e colonização europeia por grupos, portanto, um conjunto de ideias que faziam parte da agenda política de meados do Oitocentos. Enfeixadas pelo autor em sua reflexão sobre o futuro do Império, ao menos três ideias fundamentais se cruzaram no Memorial: centralismo, estatismo monárquico e nacionalismo. Entendido como um projeto político escrito por um historiador, o que Varnhagen vislumbrava ao redigir o Memorial era a constituição do Brasil enquanto uma nação compacta e civilizada, ou seja, uma nação fundada na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns, na qual a assimilação e o branqueamento eram o caminho a ser seguido no intuito de salvar-se da desintegração, e na promoção da unidade nacional: unidade de território, unidade política, população homogênea.

“PARA QUE FIQUEMOS LIVRES DOS BISPOS DO MARANHÃO”: TENTATIVAS DE PROVINCIALIZAÇÃO DA IGREJA NO PIAUÍ PELO SEU CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1829-1834)

João Vitor Araújo Sales

Um dos maiores problemas enfrentados pela elite piauiense no século XIX foi a dependência desta em relação ao bispado do Maranhão. A diocese de São Luís do Maranhão abarcava as províncias politicamente independentes do Piauí e do Maranhão, e exercia sobre ambas seu domínio eclesiástico, que permeava diferentes esferas da sociedade. A formação da elite piauiense foi especialmente constituída por matrimônios entre pessoas com algum grau consanguíneo, de parentesco, ou de afinidade, de modo a conservar o patrimônio das famílias, e, mesmo, ampliá-lo pelas redes familiares estabelecidas a partir do casamento, que se estendia sobre as zonas de poder social e político. Desta forma, pelas normas da religião oficial do Estado, o catolicismo, esses enlaces matrimoniais exigiam dispensas concedidas pelo Ordinário local, o que configurava uma relação de dependência da elite piauiense em relação à elite eclesiástica maranhense. Tendo esta perspectiva como fio condutor de um processo acentuado de desgaste entre Piauí e Maranhão, estabelecida mais por motivos políticos, sociais e econômicos do que religiosos e pastorais, as instituições de poder piauienses, notadamente o Conselho Geral de Província do Piauí, enquanto catalisador das demandas locais sob representação de sua elite, atuou fortemente para que as articulações políticas do Piauí não fossem restrinpidas pelo controle social exercido pela Igreja Católica representada na diocese de São Luís do Maranhão, dado os laços entre Igreja e Estado decorrentes do Padroado. Para tanto, reiteradamente, o Conselho Geral de Província do Piauí demandou significativa parcela de suas discussões na tentativa de provincializar a Igreja, de modo a desvincilhar-se do poder maranhense, e assim, gozar plenamente de autonomia, sobretudo para a elite. Neste aspecto, são analisados diversos documentos deste Conselho, onde se percebe que a forma encontrada para esta independência seria pela criação de uma prelazia na província do Piauí.

DA PEQUENA À GRANDE POLÍTICA: A ARTICULAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS POTIGUARES JUNTO À CORTE (1860-1870)

José Evangelista Fagundes

A polêmica em torno da unidade nacional e da autonomia provincial marca o debate político na primeira metade do século XIX. A instabilidade política da época diminuiu a partir da consolidação de uma nova ordem jurídica e da repressão às revoltas regionais. Assim, entre o final da década de 1840 e a primeira metade da década de 1860, havia um sentimento de tranquilidade e de confiança no Império. Porém, na segunda metade da década de 1860 ressurgem as demandas por maior autonomia para províncias e municípios (CARVALHO, 2012). A imprensa da época era amplamente usada pelos grupos e indivíduos envolvidos nessa controversa. Um dos jornais mais procurados por esses segmentos era Jornal do

Commercio carioca. Fundado em 1827, o jornal torna-se a publicação mais influente do país durante o século XIX. Nesta comunicação, tomamos por base textos veiculados no Jornal do Commercio para identificar as formas de articulação política dos grupos da província potiguar com os representantes do poder central. Tomamos como referência os textos concernentes às eleições para o Senado ocorridas entre 1867 e 1869 no Rio Grande do Norte. Com a vacância do cargo em 1867, o então deputado geral pela província Bezerra Cavalcanti surgiu como provável vencedor do pleito. Seus adversários, no entanto, construíram a candidatura de Torres Homem, Conselheiro de Estado e personagem de prestígio junto ao Imperador Pedro II. Percebe-se um complexo jogo de interesses em que as forças políticas se apresentaram divididas, seja em nível da Corte, seja em nível da província. O Imperador preferiu o Conselheiro, enquanto o Zacarias de Góes, chefe do Poder Executivo, optou pelo deputado. É evidente a participação dos grupos políticos da província no jogo político, tanto no tocante à pequena, quanto à grande política. Situação distinta da apresentada pela historiografia local (LYRA, 1998) que identifica os grupos políticos da província presos tão somente aos interesses locais e imediatos.

A REVOLUÇÃO DO PORTO E A SUA PRESENÇA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM DEBATE INICIAL

Lucas Gomes Carvalho Pinto

Em 1820 eclodiu na cidade do Porto um movimento de cunho liberal que buscava principalmente reestruturar o reino lusitano, então em um momento caracterizado por uma crise política e econômica, objetivo que incluía modificações administrativas na porção americana do reino. Em que pese o fato de a Revolução do Porto ter representado a abertura de um novo campo de possibilidades políticas, entre as quais o retorno do rei era somente uma opção e nem sequer a mais provável, ela foi utilizada por nossa historiografia principalmente a partir de sua feição despótica, de pretensões recolonizadoras, justificativa para a emancipação política. O presente trabalho aponta, brevemente, como os principais historiadores que trataram a independência brasileira a articularam a esse movimento.

“NASCIDAS DE COITO ADULTERINO E INCESTUOSO”: OS EMBATES GERADOS EM TORNO DA FORTUNA DO NEGOCIANTE ANTONIO JOSÉ MEIRELLES (1838-1840)

Luísa Moraes Silva Cutrim

Ao longo do século XIX Antonio José Meirelles foi considerado o principal e mais rico negociante do Maranhão. Sua atuação mercantil – a qual incluía principalmente o comércio de escravos, a arrematação de contratos régios e o aluguel de embarcações, gerou notável fortuna e com a sua morte, em 1838, foi possível produzir um volumoso inventário, com o montante bruto somando a quantia de 371:151\$490 réis. A trajetória do personagem também foi marcada por disputas políticas, envolvido com as querelas geradas na região após a adesão do Maranhão a Revolução do Porto. Os conflitos ao redor do negociante não cessaram após sua morte. A partir de 1839 iniciou-se intenso embate entre seu irmão, e co-herdeiro da sua herança, Bruno Antonio de Meirelles e as filhas, que se diziam legitimadas pelo pai, Joanna Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá. O processo litigioso de comprovação de paternidade e, consequentemente, de direito a herança do “rico e probo” negociante marcaram as páginas do jornal *Chronica Maranhense*, que tinha como redator João Francisco Lisboa, antigo opositor de Antonio José Meirelles. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar os embates envolvendo os Meirelles ao redor da fortuna da figura mais expressiva da família, buscando compreender os reflexos gerados, após a morte do negociante, pela sua ativa atuação mercantil e política no Maranhão do Oitocentos.

TECENDO OS RUMOS DA NAÇÃO: DEPUTADOS DO MARANHÃO NO NOVO CENTRO DE AUTORIDADE POLÍTICA (1826-1829)

Mário Augusto Carvalho Bezerra

O inicio do século XIX no Maranhão é marcado pela intensa movimentação política. A circulação de ideias orais, a imprensa e outros papéis foram instrumentos essenciais para promover debates, pontos e posições políticas. Mesmo assim, poucos estudos destacam o vintismo do Maranhão e os desdobramentos políticos entre Portugal e a província do Maranhão. Com a criação do Parlamento português em 1821, o Maranhão elegeu dois deputados, Joaquim Antonio Vieira Belfort e José João Beckman e Caldas. Pelos laços que a uniam a Portugal, a província do Maranhão manteve-se presente nas Cortes portuguesas até o seu fechamento, razão pela qual não compôs a Assembleia Constituinte de 1823. Em 1825, o Maranhão retoma as eleições e a atuação política representativa com a eleição de quatro deputados para a Assembleia Geral: Francisco Gonçalves Martins, João Bráulio Muniz, Manuel Telles da Silva Lobo e Manuel Odorico Mendes. Já em 1826, a presença de deputados maranhenses na Assembleia Geral Legislativa do Brasil configurou uma nova etapa de reconhecimento do novo centro de autoridade política, situado no Rio de Janeiro. Tais deputados permanecem pouco explorados nas análises sobre a representação política no novo centro político. O parlamento, agora no Brasil, torna-se o espaço de sociabilidades políticas com foco na construção e ordenamento da nação, ou seja, instrumento de uma instância reguladora dos problemas em relação à situação político-econômica e social. A partir de dados já mapeados e em andamento, este trabalho tem o objetivo de analisar os deputados provinciais no processo de incorporação do Maranhão ao Império.

A FARDA DO SOLDADO: SINÔNIMO DE PODER, VIOLÊNCIA E ABRIGO

Polliana Borba

A história vista de baixo é um dos caminhos para uma compreensão da história em que a experiência do cotidiano das pessoas comuns somada à temática dos mais variados tipos de história tem melhores resultados, pois não se pode escrever a história com um único olhar, é necessário um contexto. A abertura a esses novos caminhos possibilitou o aprofundamento da escrita da história e a aproximação com outras áreas fez que novas histórias fossem pensadas e vistas sob novos olhares, uma delas é a história militar, que ao se aproximar de áreas como a história social e política pôde suscitar novas questões e conceitos, assim como mudanças na forma de se escrever e interpretar. É nessa perspectiva que temas como o recrutamento militar estão em voga nos dias atuais e ajudam a preencher os vácuos na escrita da história dos indivíduos. O artigo em questão busca colocar em relevo a relação do indivíduo com a farda dos soldados, símbolo de um sistema dominante de complexas relações entre senhores, recrutadores e recrutados.

“AO PRESIDENTE E SEU CONSELHO”: REPRESENTAÇÕES, ANTILUSITANISMO E POLÍTICA NO MARANHÃO PELAS ATAS DO CONSELHO PRESIDIAL (1831-1832)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino

Após a recepção da notícia sobre a Abdicação imperial em 1831, Cândido José de Araújo Viana, então presidente da província do Maranhão, viu-se obrigado a determinar medidas para expor o acontecimento e garantir a manutenção da ordem. Para tanto, convocou seu grupo de conselheiros privativos, reunidos na instituição chamada de Conselho de Governo, de Presidência, Administrativo ou Presidial, que deveria auxiliar o representante do Poder central em assuntos relevantes à província. Por suas funções deliberativas e consultivas, as atas do Conselho Presidial concentraram importantes registros acerca das movimentações, decisões, negociações e repressões que marcaram o cenário provincial, entre os quais o mais lembrado é o movimento da Setembrada, que exigiu a expulsão e demissão de “portugueses” e “brasileiros adotivos” dos postos civis, militares e judiciários. No entanto, outros importantes agrupamentos e atores interviram, à sua

maneira, nessa dinâmica, repercutindo os dissensos que marcavam o Maranhão desde o período de adesão à Independência do Brasil, mas sem deixar de relacioná-los ao momento de crise política causada pela Abdicação. A partir das atas do Conselho Presidial do Maranhão, buscaremos analisar tais movimentos e investigar as relações entre as demandas dos indivíduos “requerentes” e esse contexto singular marcado pela expectativa de mudanças políticas através da oposição das identidades “portuguesa” e “brasileira”.

HIERARQUIA SOCIAL E ELEMENTOS DE DISTINÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

Regina Helena Martins de Faria

A cada época e em cada lugar, as classes sociais e os grupos que as compõem criam e recriam constantemente elementos próprios de distinção. Elementos simbólicos que demarcam o lugar social ocupado por cada indivíduo, perceptíveis nas vestimentas, na habitação e no mobiliário desta, no gestual, nas honrarias e nos pronomes de tratamento requeridos, nos títulos nobiliárquicos, nos lugares que cada pessoa pode frequentar nos espaços públicos e nos privados e em tantos outros indícios. Elementos que sinalizavam o lugar de prestígio ou de desqualificação social de quem os acessam. Partindo dessa concepção, esta comunicação se propõe a apontar elementos de distinção social vigentes durante o Brasil Império. Particularizará aqueles expressos nas vestimentas prescritas não só para os integrantes das instituições militares e de policiamento, mas também para certas autoridades civis. Dará especial atenção a uma fonte literária privilegiada, o conto “O Espelho”, do consagrado escritor Machado de Assis.

ST – HISTÓRIA E LITERATURA

Coordenação: Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

Este simpósio tem por objetivo reunir estudos sobre as relações entre História e Literatura no Brasil do século XIX a partir de como esses campos produzem categorias analíticas para a compreensão do Brasil naquela centúria, pensando questões como raça, meio, identidade e desempenho de políticas públicas feitas por literatos.

O MEDO NAS EMBARCAÇÕES: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES NA LITERATURA

Eliane Leite da Silva

A partir do século XV começam as Grandes Navegações, pioneiramente iniciada por Portugal e posteriormente pela Espanha e mais tarde Inglaterra, França e Holanda, dando início a uma corrida em busca de novos produtos que pudessem abastecer o mercado europeu. Nesse contexto as embarcações tornaram-se o elemento principal expansão comercial, de maneira que se buscava o aprimoramento em técnicas de construção e de navegação. É importante salientar que o desenvolvimento das grandes navegações passou primeiramente por um processo de quebra de um pensamento acerca do mar, que trazia consigo uma aura de lugar tenebroso (Delumeau, 1923). Partindo dessa lógica, o referido artigo buscou analisar a perspectiva acerca dos temores vivenciados por quem se arriscava à ultramar rumo ao desconhecido. Segundo as representações apresentadas em poemas, crônicas e narrativas tais como o poema *Mar Português*, *Canção da Nau Catarineta*, bem como a crônica de Jean de Léry (*Viagem a terra do Brasil*) e a narrativa bíblica sobre a criatura *Leviatã* (Livro de Jó), tanto no que tange as condições nos navios: alimentação, higiene acomodação, os riscos enfrentados durante a viagens (naufrágios, roubos por piratas) e principalmente pela questão do imaginário, no que concerne a existência de monstros, demônios e criaturas místicas que habitavam o mar e aterrorizavam os navegantes.

O ALIENISTA, O REFLEXO DA LOUCURA SOCIAL DO SÉCULO XIX: DISCUSSÃO SOBRE A SOCIEDADE OITOCENTISTA

Gustavo Teixeira de Moura

O presente trabalho se propõe a discutir a sociedade do século XIX a partir do conto *O Alienista*, do autor Machado de Assis, demonstrando dentro dele a organização social do Brasil oitocentista e seus embates, a “questão da loucura” – assunto que já vinha sendo difundido em outros autores da época – bem como a relação entre o romance europeu e o brasileiro e dentro dela a “revolução machadiana” que, entre outras coisas, lhe rendeu até hoje o título de maior escritor brasileiro. Para além do texto base, na perspectiva de melhor atender a proposta já apontada, foram utilizados outros romancistas do Oitocentos, artigos e textos relacionados à época que proporcionam um enxerto teórico visando auxiliar uma maior compreensão da discussão proposta. Como György Lukács ressalta na introdução ao livro *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos/ Marx e Engels*; “Portanto, a existência e a essência da literatura só podem ser compreendidas e explicadas no quadro histórico geral de todo o sistema”. Nesse sentido poderemos ter uma visão analítica histórico-literária sobre aquela sociedade e seu ethos.

ISAURA ESCRAVA INSUBORDINADA: CONFLITO E RESISTENCIA NA OBRA DE BERNARDO GUIMARÃES

Hiago Andrade da Rocha

Pretende-se analisar na Obra: A Escrava Isaura de Bernardo Guimarães, as relações de poder existente na obra, pois Isaura sendo escrava tinha que se submeter a certas opressões senhoriais, por conta desse sistema escravista. No entanto, Isaura não cedia aos caprichos do seu senhor, levando-a muitas vezes a castigos por conta de sua insubordinação até que ela decide fugir, pois não via outra opção, se não a liberdade e assim se livraria do senhor que queria lhe usar tantos, por serviços domésticos, como por serviços sexuais. A obra fora escrita por Bernardo Guimarães no século XIX, sendo publicada em 1875, um período em que as ideias abolicionista estavam em grande efervescência. Portanto, utilizamos a obra “Escrava Isaura” para analisar esses jogos de poder que permeiam o tempo todo a trama de Bernardo Guimarães, esses conflito existente entre Isaura e seu senhor, desencadeando resistência, que é um meio para fugir desse sistema que vivia.

AS RELAÇÕES DOS MÚSICOS COM OS LITERATOS NO SÉCULO XIX: MELODIAS E LETRAS SOANDO EM CONSONÂNCIA

João Costa Gouveia Neto

Este trabalho tem por objetivo estudar as relações entre os músicos e os literatos a partir das novas configurações sociais, políticas, religiosas, econômicas e, principalmente, artísticas que perpassam a segunda metade do século XIX tanto na Europa quanto no Brasil. É no dito século que os músicos conquistarão a alcunha de artistas e esse ganho será proporcionado também, e muito fortemente, pelas relações com os literatos, pois os literatos (poetas) já tinham seu lugar social definido desde a Antiguidade Clássica. Apesar de os músicos estarem sempre presentes na iconografia e nos escritos mais antigos, esse percurso para consolidação do lugar social do músico será longo e terá, dessa maneira, ambiente favorável, no dito século, como já disséramos anteriormente. Dessa maneira músicos e literatos caminharão juntos durante o século XIX como atestam as produções de ambos. Assim, pretendo analisar até que ponto essas relações contribuíram para a formação dos músicos no século XIX e, principalmente, como conseguiram conquistar espaço entre os demais artistas.

O NASCIMENTO DA LITERATURA MARANHENSE NO SÉCULO XIX NAS OBRAS DE FRANCISCO DIAS CARNEIRO E ANTONIO MARQUES RODRIGUES

José Henrique de Paula Borralho

A partir de elementos como o negro, ao invés do índio, o sertão, ao invés da vida urbana, Reis Carvalho, ao citar as poesias de Trajano Galvão, Dias Carneiro e Marques Rodrigues, engloba o que cognomina enquanto o grupo dos brados campesinos, utilizando recursos e recorrendo a uma temática essencialmente maranhense. Quais seriam os elementos constitutivos e característicos que fundamentaram uma literatura eminentemente maranhense? Lendas, usos e costumes, amor à natureza brasileira através da natureza maranhense, ou seja, a valorização dos elementos tipificadores do Romantismo brasileiro. Diante disto, a partir da poética, dos textos dos autores Francisco Dias Carneiro, *Poesias, Casca da Caneleira* (contos); *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues, deu-se a gestação e o surgimento de uma tipicidade maranhense levando-se em consideração a invenção de um espaço geográfico, social, cultural, identitário deste lugar e uma ideia de Maranhão presente nestas obras, ou seja, a invenção de uma região a partir de questões culturais, por exemplo, oriundos da influência africana.

ST – HISTÓRIA, SERTÃO E MEMÓRIA

Coordenação: Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (UEMA)

Este simpósio pretende reunir estudos sobre o sertão brasileiro no século XIX, a partir de concepções como cultura política, memória sertaneja e compreensão do papel dos rios na formação de uma rede de comércio regional e nacional.

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAIXEIRO VIAJANTE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Antônio Lopes Vieira Filho
Ellen Lucy Moreira Viana

O caixeiro viajante foi um importante profissional no desenvolvimento do comércio em nível de Piauí e Brasil desde o período colonial até meados do século XX. Eles dispunham de um arsenal rico em práticas que se referiam à atividade econômica e também ao ser comerciante. Assim, desempenharam um importante papel na história social do Piauí, conscientizando a comunidade que os saberes advindos de suas práticas foram apropriados, ao passo que o papel que desempenhavam jamais poderá ser esquecido. Dessa forma, esse trabalho visa analisar as contribuições acerca das práticas e representações atribuídas à atividade caixeiral no município de Parnaíba para o progresso econômico, político e social, identificando as origens e identidades ostentadas por esse profissional, a relação caixeiro-comerciante, como eram vistos pela sociedade e os seus recursos. Além disso, busca destacar a importância de representá-los na memória da sociedade com o auxílio de fontes orais, escritas e iconográficas. Para tanto, será necessário o diálogo com teóricos que analisam a categoria memória como Nora, Le Goff, Pollak, Halbwachs e, ainda, Michel De Certeau, Roger Chartier, dentre outros. Assim sendo, haverá subsídios para que ao final desta pesquisa seja possível elencar: como se processou a constituição do comércio realizado pelos caixeiros viajantes em meados do século passado, quais foram as estratégias, táticas e práticas de gestão desenvolvidas pelos caixeiros na efetivação do comércio varejista, quais foram os papéis sociais desses indivíduos no Piauí e quais foram as práticas que os caracterizavam enquanto comerciantes.

SERTÃO DE PASTOS BONS: UM ESPAÇO MÚLTIPLO

Antônia de Castro Andrade

Estudo que tem por finalidade discutir, através da leitura de 65 inventários post-mortem, como a escravidão negra foi vivenciada pela sociedade sertaneja na região sul-maranhense na segunda metade do século XIX. Analisando quais as estratégias que os escravizados utilizaram para criar espaços de sociabilidade e solidariedade em um meio que lhe era tão hostil. É preciso se (re) pensar as relações que foram gestadas dentro e fora das fazendas de gado no sertão do Sul do Maranhão. Mais do que isso, é necessário construir uma narrativa que possa dar visibilidade e mesmo dizibilidade a todos os agentes históricos que compunham aquele espaço social. Um sertão múltiplo nos foi descortinado a cada inventário lido, um espaço construído pelas ações sociais e culturais de múltiplos sujeitos sociais. Assim, pensar o sertão maranhense é pensar em um conceito móvel que é “[...] simultaneamente singular e plural, é um e é muito, é grande e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver [...]” (SENA, 1998, p. 23). Compreender essa categoria é pensá-la não só indicando um espaço geográfico, mas também uma realidade social, no qual a identidade do sertanejo é construída, sem dúvida, por fazendeiros, comerciantes, soldados, jagunços, vaqueiros, camponeses, mas também pelos sujeitos escravizados que viveram naquelas paragens. Um espaço em que as relações cotidianas, apesar de serem marcadas por disputas e confrontos, eram permeadas também por negociações. A diversidade ali existente não era apenas física-geográfica, mas também sociocultural.

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO LATIFUNDIO NO SERTÃO DE GRAJAÚ-MA: DISPUTAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Layla Adriana Teixeira Vieira

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a formação sócio-histórica do latifúndio no sertão de Grajaú a partir dos desdobramentos da Guerra do Léda, conflito político partidário ocorrido na região em finais do século XIX. Nesse período, tal poder estava centrado nas mãos das famílias Léda, Moreira e Barros, que controlavam tanto o poder político como o econômico; o que garantiu, principalmente pelas suas posições políticas, o monopólio de extensas quantidades de terras e a “formação” do latifúndio, distribuídos entre esses grupos familiares, no lócus já referido. Assim, para a análise do elemento que será discutido nesse estudo, usa-se, como fonte histórica, inventários do século XIX (1874-1887). Essa documentação referente à pesquisa encontra-se no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Tais documentos são importantes para o entendimento do perfil fundiário das famílias já citadas, pois, ajuda a compreender informações de ordem social, econômica e política vigente na época; além de verificar que o pano de fundo de toda ‘guerra’ eram questões fundiárias de acesso e manutenção da terra, pois sua posse e o poder representavam tradicionais preceitos de soberania patriarcal local. Portanto, ter terra e poder era moeda de troca e fonte de riqueza, consequentemente, elementos de intensas disputas pelo controle político e econômico da região.

MOVIMENTOS DE LIBERDADE NEGRO-INDÍGENAS PELA TRADIÇÃO ORAL DO PATRÔNIMO “CABELO BOM”

Maristane de Sousa Rosa Sauimbo

Esse trabalho propõe um olhar sobre a base conceitual “cafuzá” do século XVII, hibridação cultural negro-indígena, advento dos movimentos de liberdade até o levante Tenetehara na primeira década do século XX. O trabalho tem como propósito discutir o contexto do chamado “Massacre de Alto Alegre”, a maior revolta feita por indígenas Tenetehara no ano de 1901, ocorrido no Maranhão. Para tanto enfatiza a memória coletiva e individual do patrônimo “Cabelo Bom”, contos, lendas, tradições, para historicizar o ainda chamado “Conflito de Alto Alegre”, em cuja base descendente está a Balaiada e Cabanagem. Aos indígenas, com a criação do Grão Pará-Maranhão juntou-se grande número de africanos, pela penetração do Atlântico Equatorial, sobretudo a partir de meados do século XVIII. A importação de africanos Guiné, Mina, Congo-Angola engendrou entre “gentios” nativos tupi-guarani saberes e fazeres, topônimos e etnônimos. São Luís e Belém, sul do Maranhão e Piauí, pertenceram ao oitocentista Ministério Pombalino, abrangendo as regiões Norte e Nordeste. O trabalho argumenta que a presença ameríndia e negra, mocambos e quilombos, denotaram “imbricação de processos técnicos e vitais para ação ritual, figurações e mitologias”. A tradição oral do patrônimo “Cabelo Bom”, incorpora elementos para estudos sobre revoltas populares e sociais, nortistas e sertanejas.

“ABRAÇAR A CRUZ E SEGUI-LA”: OS PADRES LAZARISTAS E AS MISSÕES POPULARES NO SERTÃO CEARENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Pryscylla Cordeiro Rodrigues Santirocchi

Esse trabalho pretende tecer uma análise sobre as missões populares realizadas pelos padres lazistas franceses, pertencentes à Congregação da Missão (1625), nos sertões cearenses durante a segunda metade do século XIX. Essa congregação francesa foi fundada por São Vicente de Paulo e tinha como foco a evangelização dos pobres por meio das missões populares e a reforma do clero, segundo os padrões ultramontanos. Chegaram ao Ceará em 1864 para atuar em seminários diocesanos e peregrinar pelos sertões, evangelizando a população carente. Os missionários atuavam pregando o evangelho, confessando,

regularizando uniões e “salvando almas”. No interior cearense havia muito descaso político com a população que passava fome, principalmente, após a seca da década de 1870. Por isso, algumas vezes os lazaristas precisaram adaptar seu modelo missionário para atender as demandas daquele local. Dessa forma, nos questionamos sobre as estratégias de adaptação utilizadas por esses padres, a fim de contribuir para àquela comunidade e se legitimarem nela. Assim como, algumas táticas dos sertanejos que eventualmente podiam resistir à influência desses missionários.

O SERTÃO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX NOS ESCRITOS DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO

Rodrigo Castro Azevedo

Esta pesquisa estuda o sertão dos Pastos Bons a partir dos escritos produzidos por Francisco de Paula Ribeiro. As fontes utilizadas no desenvolvimento desde trabalho são as memórias por ele produzidas, a saber: Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 10, 1848, Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849 e Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, v.3, 1841. Paula Ribeiro fez uma descrição de forma ampla sobre diversos aspectos do Sertão dos Pastos Bons: a geografia física, os aspectos históricos da conquista e ocupação do sertão maranhense, além de uma análise antropológica, pois Paula Ribeiro foi pioneiro no relato dos hábitos dos habitantes da região. Os estudos das memórias de Paula Ribeiro nos permitem desconstruir a imagem de um sertão único existente no imaginário popular.

AS DROGAS DO SERTÃO: A EXPLORAÇÃO DA QUINA PELA VIAGEM DE VICENTE JORGE DIAS CABRAL (1800-1803)

Samara de Almeida Ramos

O presente trabalho é fruto da minha monografia defendida em 2017 intitulada: Vicente Jorge Dias Cabral: um viajante ilustrado no sertão do Maranhão, em que estudei a viagem comandada pelo bacharel Vicente Cabral, acompanhado do vigário da freguesia de Valença Joaquim José Pereira. Para estudar essa viagem trabalhei com os relatórios da expedição produzidos pelos viajantes (Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, Ensaio Econômico da Quina do Piauí, Memórias sobre as produções nativas e Memórias sobre o salitre natural) e com algumas correspondências trocadas entre o governador da capitania do Maranhão Dom Diogo de Sousa e o ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, referentes as “descobertas” dos viajantes nessa empreitada. A documentação referente à pesquisa está no Arquivo histórico Ultramarino- Projeto Resgate (AHU) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A “viagem filosófica” estava inserida na política do Reformismo Ilustrado, que visava, sobretudo, a exploração das colônias portuguesas. O principal objetivo dos viajantes era a exploração do salitre (produto usado para a fabricação de pólvora) e da quina uma planta medicinal muito usada na época para tratamento de febres.

A EXPANSÃO DA CONQUISTA E OCUPAÇÃO NOS SERTÕES DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Samir Lola Roland

As campinas orientais do Maranhão, fronteira sul, dominada pelos rios Mearim, Munim, Pindaré, Itapecuru, Iguará, foi alvo da expansão da “fronteira” de conquista e ocupação luso-maranhense, durante a primeira metade do XVIII. Configurou-se aí uma nova organização territorial sobre os territórios indígenas, tornando-os espaço colonial a partir da implantação de criatórios de gado e instalação de engenhos de açúcar. Essa região se constituiu como um cenário representado pelas autoridades régias, administrativas e militares, a partir dos diversos conflitos e alianças entre moradores e nações indígenas, pelas áreas destinadas à plantação de cana-de-açúcar e, principalmente, para a criação de gado vacum e cavalar.

NOTÍCIAS DO SERTÃO: SOBRE INDÍGENAS E A IMPRENSA NO SÉCULO XIX

Soraia Sales Dornelles

Os conflitos do interior que envolveram povos indígenas e moradores eram pauta corriqueira da imprensa nacional, dando-nos pistas sobre a abrangência e importância do tema. Já nas expectativas da intelectualidade contemporânea, imaginava-se, com certa clarividência, que as disputas territoriais dos vastos sertões seriam ainda de longa data. Esta comunicação busca apresentar e problematizar o cenário de conflito e violência que envolvia as populações indígenas no processo de expansão para o oeste paulista na segunda metade do século XIX.

ST – AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Coordenação: Dr. César Augusto Castro (UFMA)

Os estudos históricos sobre as instituições escolares têm se constituído num campo relevante para a História da Educação brasileira e maranhense. Compreender os processos de constituição da escola e os seus diferentes materiais, sujeitos e conteúdos curriculares, contribui para entendermos o lugar e as lutas para organização dos espaços escolares destinados a atender públicos vários espaços escolares destinados a atender públicos vários como o infantil, o adolescente e o feminino. Esse simpósio temático objetiva reunir trabalhos que tenham como foco a história da escola, seus artefatos de leitura e escrita, seus agentes e ideias em circulação no oitocentos.

OS COLÉGIOS NO ALMANAK OITOCENTISTA – UM OLHAR SOBRE O ESTATUTO DO COLLEGIO DE N. S. DA SOLEDADE

Amanda Marinho Bogaia
Pedro Gabriel Garreto Gonçalves

O presente trabalho tem por objetivo analisar o funcionamento de um dos colégios representado nos Almanaks existentes na província do Maranhão no período oitocentista. Para isso será feito a apresentação dessas instituições que registradas nos Almanak entre os anos de 1858 a 1864, impressos apreendidos aqui como fonte primária da pesquisa. Os Almanaks apresentam-se como fonte riquíssima para história da educação do período provincial, uma vez que, como periódico de estatística, encontramos uma variedade de informações sobre a sociedade da época. O Almanak Maranhense traz em seu corpo vários dados sobre estes colégios de caráter particular, no que diz respeito ao seu: regimento, composição do quadro de professores, funcionamento, ano de fundação, ano de encerramento, bem como a organização das cadeiras oferecidas. O aporte deste estudo se centrará em uma pesquisa histórico-documental referenciado na história cultural. Priorizamos a instituição de educação de meninas collegio de N. S. da Soledade, que no período referenciado estava sob a direção de D. Maria Emilia Carmini, atentando-se desde o seu funcionamento ao seu Estatutos, sem perder de vista as subjacentes concepção de educação, o foco dessa educação e a relação com a valorização de preceitos morais e religiosos, onde a mulher obtinha o seu papel reafirmado pela cultura escolar como sendo submissa e responsável por afazeres domésticos a partir dos ofícios aprendidos no colégio.

O LEGADO DE BARBOSA DE GODÓIS NO CAMPO EDUCACIONAL MARANHENSE

Ivã Dutra Lima

O livro didático é uma ferramenta bastante utilizada no sistema formal de ensino público e privado, sendo, muitas vezes, a única fonte informativa do aluno no âmbito escolar. Aos que pensam ser uma alternativa nova, um longo caminho foi percorrido até chegar aos dias atuais. Nessa perspectiva o presente artigo busca analisar uma das obras de Barbosa de Godóis, voltada para o âmbito escolar maranhense, buscando enfatizar sua importância no processo de formação do alunado no Maranhão. Ressalta-se que a referida obra de cunho didático/pedagógico foi durante muito tempo, única fonte acessível aos estudantes e aos demais populares, revestindo-se de grande valor histórico para a análise e entendimento do arquétipo didático instituído por Barbosa de Godóis no arcabouço educacional maranhense, ademais, tentar-se-á fazer uma imersão nos fatores que nortearam a produção didática do referido autor.

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Silvan Sousa Mendes

O presente trabalho busca refletir sobre a institucionalização do ensino secundário no Maranhão a partir da fundação de um Lyceo, a instituições de ensino mais importantes da Província do Maranhão no período oitocentista. Destacaremos desde sua fundação, observando as condições de sua instalação inicial, o seu funcionamento e composição do corpo de lentes do Lyceo do Maranhão. Para dar conta da reflexão desse ensino secundário no Maranhão oitocentista, focaremos a análise na sua organização, estruturação e regulamentação priorizando a fontes petições de matrícula escolar, os relatórios de instrução pública, e a documentação referente a coleção de Leis e Decretos e regulamentos provinciais, como pretexto para apreender os liceandos e problematizar a questões da elitização do ensino do Lyceo.

MARANHÃO OITOCENTISTA NA SALA DE AULA: A BALAIADA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

O presente trabalho tem por objetivo analisar os sentidos construídos para os conteúdos veiculados nos materiais didáticos que circulam ou já estiveram presentes e, até mesmo são usados nas elaborações das aulas de História do Maranhão da educação básica, especificamente, no conteúdo que versa a respeito da Balaiada. Considera-se que os livros e os materiais didáticos podem carregar um determinado discurso historiográfico característico, quem o escreve pode empregar a produção acadêmica para fundamentar o conhecimento histórico que se aspira legitimar. Para tal escopo, utiliza-se as obras dos autores como Barbosa de Godóis, com sua obra intitulada História do Maranhão, publicada em 1904; Mário Martins Meirelles com as obras Pequena História do Maranhão e História do Maranhão, publicadas em 1959 e 1960, respectivamente; Raimundo Lindoso Castelo Branco com a obra Estudo Regional do Maranhão: estudos sociais do Maranhão (1º grau), publicado em 1988; Célia Siebert e Renata Siebert que lançaram o livro intitulado Maranhão - História em 2013.

ST – AS EXPRESSÕES DA MORTE NO SÉCULO XIX

Coordenação: Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe (UFPI)

Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (UFMA)

Dra. Maria Elizia Borges (UFG)

Mudanças espaço-temporais ocorridas nas representações, nos significados e nas atitudes do homem diante da morte e do morrer no século XIX. A arte tumular, as iconografias, as devoções, a laicização dos cemitérios. Os higienistas e as transformações urbanas. O Neoclassicismo, a Art Nouveau e a Belle Époque nos Cemitérios. O luto e o suicídio.

A MORTE COMO NOTÍCIA: ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE TERESINA E SÃO LUÍS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Agostinho Júnior Holanda Coe

Na segunda metade do século XIX, o debate em torno das epidemias e doenças que acometiam as principais províncias brasileiras tornou-se ainda mais intenso. Várias teorias médico-higienistas tomaram forma nas maiores aglomerações urbanas, sendo adaptadas a partir das especificidades sociais, políticas e ambientais. Diante desse debate, objetivamos realizar um estudo comparativo entre as ações implementadas no que tange a saúde e a doença no contexto de Teresina e São Luís na segunda metade do século XIX, pensando, a partir de um estudo comparativo, aproximações e distanciamentos nas discussões em torno das principais epidemias que acometeram as capitais, a partir da circulação de ideias, terapêuticas, profissionais e suas adaptações a contextos sociais e ambientais distintos. Tal análise nos possibilitará a compreensão que as teorias médicas que circularam no Brasil do século XIX precisaram ser legitimadas por experiências sociais distintas e vinculadas a características histórico-ambientais muitas vezes pouco exploradas pela historiografia oficial que trata da temática.

OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: DESAFIOS, PROBLEMÁTICAS E AVANÇOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO SUICÍDIO DE NEGROS ESCRAVIZADOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Carlos Victor de Sousa Ferreira

As pesquisas relacionadas à experiência de negros escravizados no Brasil têm avançado na perspectiva de realçar a subjetividade destes agentes históricos dentro das dinâmicas sociais no sistema escravocrata brasileiro. Os sujeitos analisados por historiadores outrora não possuíam falas concretas dentro da historiografia, as suas atitudes diante do sistema escravocrata em sua maioria eram ligadas a “resistência”. Por analisarem agentes históricos que, por via de regra, não possuíam escrita ou eram analfabetos, estes pesquisadores encontram estorvo ao desenvolver análises sobre estas ações dos escravizados. A presente comunicação foi desenvolvida para demonstrarmos e analisarmos as problemáticas, os avanços e os desafios que encontramos na realização de pesquisas quando se trata dos suicídios de escravizados negros, pensando a complexidade na análise das atitudes de agentes históricos que decidiram tirar sua própria vida sem deixar evidências mínimas ou justificativas sobre sua vontade. Partimos da experiência da pesquisa que vem sendo desenvolvida no mestrado acadêmico, proposto ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA), onde tratou-se acerca da experiência histórica dos suicídios de escravizados no Maranhão oitocentista.

AS REPRESENTAÇÕES DA MORTE E DO MORRER NA BAIXADA MARANHENSE NO SÉCULO XIX

Dimas dos Reis Ribeiro

Compartilhar as pesquisas realizadas e em andamento nos 21 municípios que compõem a Baixada Maranhense, considerando o surgimento dos primeiros cemitérios no século XIX, a arte cemiterial, a morte e suas representações; bem como, os primeiros resultados obtidos pelo Grupo de Pesquisa CNPQ História, Cultura e Arte Cemiterial na Baixada e Reentrâncias Maranhenses, que por meio de estudos iconográficos e devocionais, análise das artes, da fotografia, da literatura, da memória e da oralidade, procura compreender a região nessa perspectiva árida e recheada de tabus. Apresentar os primeiros assentamentos de óbitos realizados nos Cartórios de Registro Civil dos municípios da Baixada Maranhense, os aspectos demográficos da morte e as principais enfermidades que conduziram nossos antepassados ao processo de reintegração universal. Os epitáfios mais antigos e as peculiaridades regionais presentes nos rituais e no luto.

A ICONOGRAFIA FUNERÁRIA NO BRASIL: UM VASTO LEQUE DE REFERÊNCIA ARTÍSTICO

Maria Elizia Borges

O tabu sobre a “cidade dos mortos” persiste desde a obrigatoriedade da sua instalação no século XIX até os dias atuais. Todavia ele foi se tornando fonte de pesquisa para algumas áreas do conhecimento, e coube aos historiadores da Nova História Francesa o pioneirismo no estudo do significado das atitudes dos homens diante da morte. A partir da década de 1980 a historiografia brasileira também inicia seus estudos sobre a História das Mentalidades. Deste então os programas de pós-graduação em História vêm gradativamente ampliando o estudo dos cemitérios no Brasil. Quanto aos historiadores da arte, são poucos os envolvidos no estudo da arte funerária. Percebemos que temos dificuldade de relacionar os estilos com os temas, pois nem sempre eles caminham juntos. É fundamental alicerçarmo-nos nos postulados da história das mentalidades, da história da arte, da antropologia visual e da história da morte para compreendermos até que ponto os diferentes estilos artísticos – vernáculos, ecléticos, *art nouveau*, *art déco* e modernos – estão assentados neste espaço peculiar e o quanto estas visualidades contribuem para reforçar o sentimento de perda e de dor cristalizado no fim do século XIX e início do século XX. A nossa apresentação será subdividida em partes: inicialmente destacaremos a instalação dos principais cemitérios do século XIX; a seguir apresentaremos os autores que começaram seus estudos de arte funerária no Brasil; analisaremos também túmulos que consideramos representativos dentro do seu espaço territorial como os edificados em cemitérios de pequena estrutura, de médio porte e em cemitérios metropolitanos; por último exibiremos algumas ações educativas que contribuem para consolidar os cemitérios brasileiros como um patrimônio cultural a ser preservado.

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ: ARTE, FÉ E IDEAIS MÉDICO-HIGIENISTAS NA TERESINA DO SÉCULO XIX

Mariana Antão de Carvalho Rosa

“No dia 24 de agosto de 1859 Teresina seguia triste em cortejo fúnebre. A missão era prestar as últimas homenagens ao ilustre português Jacob Manuel D’Almendra, um dos primeiros habitantes do Cemitério São José, a mais antiga necrópole pública de Teresina, inaugurada ainda naquele ano”. Com essa breve narração, que teve suas lacunas preenchidas pela imaginação histórica, buscamos chamar atenção do leitor para o objetivo de nossa pesquisa, qual seja: observar as transformações ensejadas pela inauguração do primeiro cemitério da cidade de Teresina. É importante destacar que o cemitério São José nasceu em meio a um contexto de transição das práticas de sepultamento. A sua inauguração foi influenciada pela propagação dos ideais médico-higienistas que condenavam os enterramentos no interior das igrejas e defendiam a necessidade da construção de cemitérios extramuros. Dessa forma, propomos analisar como as ideias

médico-higienistas se fizeram ouvir na legislação provincial piauiense elaborada entre os anos de 1854 a 1873. Para além disso, a nova forma de inumar, preferencialmente em cemitérios afastados do urbano ocasionou também mudanças comportamentais e de atitude diante da morte. Agora os homens iriam testemunhar sua fé e crença na ressurreição por meio da construção de monumentos erigidos sobre a sepultura de seus mortos. Assim, a arte tumular também é objeto de estudo dessa pesquisa. Em suma, neste trabalho, o cemitério São José é colocado como um ponto de confluência que possibilita o estudo dos ideais médico-higienistas na legislação piauiense e que também nos permite conhecer os testemunhos de fé e crença na eternidade, propagados pela sociedade teresinense oitocentista através de sua arte tumular.

ST – RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE E PODER NO BRASIL OITOCENTISTA

Coordenação: Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA)

Dr. Lyndon de Araújo Santos (UFMA)

O ST se propõe a discutir pesquisas sobre religião, religiosidades e poder no Brasil oitocentista. Nesse período desenvolveu-se uma intricada trama de relações entre várias expressões religiosas presentes no território nacional, poderes institucionalizados, partidos políticos e demais associações. A Igreja Católica, considerada a religião oficial até a década de 1890, era múltipla em suas práticas religiosas e possuía interpretações diferentes sobre suas relações com o poder estatal e com as demais sobre suas relações com o poder estatal e com as demais religiões, ligadas a tradições europeias, africanas, indígenas e orientais. As relações entre as diversas religiões e entre elas e o Estado nem sempre foram pacíficas, a exemplo da Revolta do Malês (islâmica) e da Revolta dos Muckers (protestante).

OS REGISTROS ECLESIASIAIS DE TERRAS NA FREGUESIA DOS PICOS (1854-1856)

Cássio de Sousa Borges

Em 1850, com a aprovação da Lei Imperial nº 601 de 18 de setembro, conhecida como “lei de terras”, se impõe uma nova perspectiva com relação às terras brasileiras e a forma como se regularizaria a situação das propriedades particulares e terras devolutas. As condições políticas do império demandavam que fosse legislado sobre isso, a possibilidade do fim da escravidão e as novas formas de trabalho no campo a partir de uma ampla campanha para recrutamento de imigrantes representavam um risco para uma elite nacional agrária que se fazia representar no Império. Uma reviravolta no cenário rural era eminente e é através desta lei que se materializa ações estatais para regular sua malha fundiária. Visando a regulamentação da Lei de Terras, em 1854 o governo imperial baixa o decreto nº 1318, de 30 de janeiro. Este regulamento definia as atribuições e competências da Repartição Geral de Terras Públicas e no seu último item legisla sobre o registro das terras possuídas, determinando que as Paróquias fossem as responsáveis pelo recebimento das declarações dos posseiros para que fosse tomado nota e ao final do processo fossem encaminhadas a dita repartição. Esses registros ficaram conhecidos como Registros Eclesiais de Terras e representam uma fonte de grande relevância sobre a ocupação territorial no Oitocentos, bem como da população brasileira nesta época. O presente trabalho pretende analisar o livro de registo de terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos, pertencente ao município de Oeiras, ex-capital da Província do Piauí, elaborado pelo vigário encomendado, o Padre José Dias de Freitas, entre os anos de 1854 e 1856. Nele, poderemos verificar a capacidade de mobilização da Igreja, que resultou em número total de 1536 posses registradas nas diversas fazendas da região que compreende as bacias dos rios Guaribas, Riachão e Itaim.

A RELIGIÃO MEDIEVAL NO SÉCULO XIX: AS POSSIBILIDADES ANALÍTICAS TRAZIDAS PELO MEDIEVALISM

Clinio de Oliveira Amaral

Apesar de existir há mais de 40 anos, a teoria do medievalism é, praticamente, desconhecida entre os historiadores brasileiros. O presente trabalho tem como objetivo discutir, à luz dessa teoria, como a religiosidade medieval foi reelaborada no século XIX.

A SEPARAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO E O PROCESSO DE LAICIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

Ingrid Luane Campêlo de Oliveira

Partindo da problemática relação entre religião e setor educacional público, propomos neste trabalho reflexões durante a segunda metade do século XIX sobre o processo de laicização da educação pública do Brasil por compreendermos a emergência em debatermos sobre a presença de religiosos no cenário político do país mesmo após a estabelecida separação entre Estado e Igreja pela Constituição de 1891. Trazemos, portanto, pontos que nos levam a problematizarmos em como a educação pública brasileira foi palco de embates entre religiosos e laicistas anterior a este momento, a pensarmos sobre a presença de grupos religiosos intervindo na construção de modelos de ensino laicizado ou leigo dentro de um cenário em que a República no Brasil estava em seu alvorecer e os debates acerca da separação entre Estado brasileiro e Igreja Católica estavam em efervescência.

LEÃO XII E O BRASIL IMPERIAL

Ítalo Domingos Santirocchi

O papa Leão XII foi eleito em 28 de setembro de 1823 e faleceu em 10 de Fevereiro de 1829. Seu pontificado durou quase todo o reinado de D. Pedro II. Durante seu governo teve de lidar com as independências da América Latina, seu reconhecimento e o estabelecimento da representação pontifícia em seus territórios. O objetivo desta comunicação é discutir o pontificado de papa Leão XII e a atuação da Santa Sé junto ao governo do Primeiro Reinado. Focaremos no processo de reconhecimento da independência, no estabelecimento do padroado e nas negociações para instalação da Nunciatura Apostólica do Rio de Janeiro. O foco é pensar as relações internacionais entre Igreja e Estado na formação do estado monárquico brasileiro.

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA DIANTE DA FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS ESCRAVAS EM SÃO LUÍS (1800-1820)

Izael Sousa da Costa

O presente trabalho propõe-se a fazer uma discussão acerca da atuação da igreja católica diante da formação de núcleos familiares entre os escravos no Maranhão, especificamente na cidade de São Luís pela sua natureza dinâmica e a sua peculiaridade de relações escravistas que caracterizavam a sociedade, o recorte temporal compreende os anos de 1800 a 1820, período em que os escravos africanos já se constituíam como a principal força de trabalho e o ideal de liberdade já fazia parte das suas aspirações. O Maranhão recebia escravos de várias regiões da África e os documentos históricos identificaram a formação de núcleos familiares no estado desde o período colonial. A questão familiar abençoada pela igreja assim como o amor conjugal eram estabelecidos pelas ordens religiosas que tinham o objetivo de estendê-los a toda a sociedade incluindo os escravos e forros. O poder da igreja é questionado por muitos historiadores uma vez que não sabemos até que ponto sua dominação influenciava os senhores de escravos porém no ano de 1720 a igreja católica divulgou uma série de princípios que favoreciam as uniões, esses documentos foram elaborados nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e surgiram a partir de uma conscientização da igreja em torno da necessidade de controlar a vida social, por isso o documento nasceu com o objetivo de estabelecer normas de comportamento a todos os habitantes da América portuguesa incluindo os escravos, suas determinações deveriam ser seguidas pelos senhores, segundo Emilia Viotti da Costa os documentos determinavam ainda que os sacerdotes recebessem os cativos que desejassem contrair matrimônio quando se revelassem conhecedores da doutrina cristã, essas e outras questões serão abordadas na presente comunicação.

MULHERES DE PODER: VIÚVAS PROPRIETÁRIAS DE ENGENHOS E CHEFES DE FAMÍLIA EM PINHEIRO-MA (1868-1879)

Joana Karla Sarges

O presente trabalho tem por objetivo compreender o protagonismo das mulheres viúvas donas de propriedades de produção agropecuária, que assumiram a chefia das suas famílias. Essas mulheres conduziram seus negócios e participaram ativamente da vida das suas comunidades. Nossa pesquisa fundamenta-se na trajetória de vida de dona Maria Joaquina Trindade Lima, viúva do município de Pinheiro, no Maranhão, entre os anos de 1868 a 1879. Ela teve grande importância para economia da época, conquistou prestígio e exerceu forte influência em sua região. Foi dona de uma considerável quantidade de escravos, teve destaque em vários jornais maranhenses, até mesmo depois de sua morte. A documentação utilizada para nossa análise baseia-se em certidões de óbito, jornais, além de pesquisas de campo em igrejas, cemitérios e engenhos. Até o momento os dados analisados indicam que após a morte precoce de seu marido, esta mulher teve que conviver com diversas situações familiares e judiciais que a fizeram se destacar em seu espaço. Dessa forma, conseguiu aumentar a fortuna que foi deixada por seu marido e o seu prestígio, sendo, inclusive, a testamenteira do seu genro. Além do caso de dona Maria Joaquina, outras mulheres que tiveram relevância política e econômica serão mostradas no decorrer do trabalho. A partir deste estudo teremos uma ideia sobre a sociedade pinheirense no século XIX. Além de refletir como algumas mulheres conseguiram se sobressair naquele cenário, chefiando suas famílias e negócios, uma vez que essas funções eram eminentemente masculinas.

RELIGIÃO, RELIGIOSIDADE, CULTURA E HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

João Guilherme Lisbôa Rangel

O presente trabalho tem por objetivo discutir teoricamente as relações entre “História e Religião”. Para tanto, elencar-se-á dois temas principais: o primeiro concentra-se na análise da especificidade da religião na História. Em outras palavras, trata-se de pensar até que ponto a religião encontra sua especificidade enquanto disciplina e/ou conhecimento na “história religiosa”, “história das religiões”, “ciências da religião”, teologia, ou no fundo, a religião está subordinada a história cultural e, por conseguinte, a própria cultura. Já o segundo versa sobre quem pode estudar, ou não, a religião no campo da História. Sendo assim, uma pergunta fundamental é a que questiona se poderia uma confissão de fé ou a ausência dela trazer maior ou menor credibilidade ao trabalho realizado.

UM PROTESTANTE NO MUNDO ATLÂNTICO OITOCENTISTA: ROBERT REID KALLEY E A OPÇÃO PELOS POBRES

Lyndon de Araújo Santos

A partir do artigo publicado pela Revista Lusitania Sacra, da Universidade Católica de Lisboa, intitulado Um Protestante no Mundo Luso-Brasileiro: Robert Reid Kalley na Ilha da Madeira e no Rio de Janeiro (1838-1859), analisaremos a atuação do missionário Robert Reid Kalley no contexto luso-brasileiro, que resultou em importantes acontecimentos para a história religiosa no século XIX, no ocidente. Este calvinista escocês foi determinado por intencionalidades, escolhas e ações, em meio às pressões religiosas, políticas e diplomáticas. Trata-se de uma releitura de Kalley como um sujeito histórico, por um lado, determinado pelas condições do seu tempo e, por outro, definido pelas decisões, visões de mundo e traços de sua personalidade. Baseamo-nos em fontes escritas produzidas na Ilha da Madeira, Petrópolis e Rio de Janeiro, a fim de compreender a opção pelos pobres, como expressão de um pietismo social no cenário da segunda revolução industrial.

MANUAL DO SERVIÇO SAGRADO: O REGRAMENTO DE NORMAS E COMPORTAMENTOS

Marcos Vinícius da Silva Ramos

Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva historiográfica, a Igreja Universal do Reino de Deus e as relações com o sagrado que ocorrem nesta instituição, principalmente por outras formas de experimentação que não são, necessariamente, pelo viés da elaboração teológica e/ou doutrinária. Tendo em vista os vários documentos produzidos pela instituição, o Manual do Serviço Sagrado, dirigido aos obreiros da IURD, chama atenção pelo seu caráter de conduta comportamental e padronização indumentária. O Manual do Obreiro deixa claro que a pessoa em tal posição não é um mero indivíduo, mas sim a personificação da IURD e da obra de Deus. O intuito do trabalho é atestar que a regulação da instituição no comportamento dos obreiros é crucial para a manutenção de sua imagem. Desde a forma “correta” de cumprimentar alguém ao tamanho e cor da peça íntima que a obreira deve usar, o manual cria regras que devem ser seguidas à risca.

O FUNCIONAMENTO DAS IRMANDADES EM SÃO LUÍS DE 1841 A 1845

Milena Rodrigues de Oliveira

Este trabalho se propõe a explicar como era o funcionamento de uma irmandade no período oitocentista, sendo que como referência principal utilizaremos o compromisso. Este documento era a principal referência das irmandades, nele era explicitado os principais aspectos destas associações, como por exemplo estrutura, eleições, regimentos, cargos e critérios de admissão, portanto apesar de serem consideradas locais de devoção a santos específicos acabaram exercendo um papel assistencialista que não era exercido pelo Estado. Assim, elas viraram organismos complexos, divididos em vários segmentos sociais. O funcionamento acontecia de maneira quase igual em todas elas, por vezes irmandades diferentes possuíam os mesmos cargos. A maioria delas, por exemplo, tinha provedor, secretário, tesoureiro, zelador, procurador, porém como tratamos de instituições diferentes, respeitaremos as especificidades de cada uma, a fim de melhorar a compreensão da nossa pesquisa.

A BOA NOVA VERSUS O PELICANO: UMA ANÁLISE DO DEBATE JORNALÍSTICO (1872-1874)

Raynara Cintia Coelho Ribeiro

Este artigo tem como objetivo desenvolver uma análise em torno do debate jornalístico ocorrido na década de 1870 entre ultramontanos e maçons, tendo como enfoque o estudo dos principais eixos argumentativos construídos pela imprensa católica e maçônica. Para isso irei utilizar como fonte o jornal A Boa Nova e O Pelicano entre os anos de 1872 e 1874, buscando compreender quais eram suas principais intenções, construções, discursos e imagens frente aos conflitos que tencionavam a relação entre Igreja e Estado no Brasil. Assim, pretendo estabelecer um diálogo entre autores que trabalham com periódicos como, Marialva Barbosa, Tânia Regina de Luca, Beatriz Kushnir, Meize Regina e outros, com os autores que se debruçaram sobre a temática da relação entre esfera civil e religiosa no Brasil, como Fernando Neves, Ítalo Santirocchi, Dilermando Vieira e outros. Deste modo, ao empreender uma análise em torno das principais linhas argumentativas construídas pela imprensa católica e maçônica, pode-se observar alguns aspectos relevantes, como o conflito de jurisdição, que se tornou no século XIX um dos eixos centrais do debatido jornalístico, colocando de um lado o jornal A Boa Nova defendendo a atitude dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa no lançamento de interditos contra as irmandades e confrarias religiosas, e de outro o jornal O Pelicano afirmando em várias de suas publicações que houve usurpação de jurisdição por parte do poder eclesiástico.

HISTÓRIA DA RELIGIÃO E A INFLUÊNCIA DO GIRO DECOLONIAL NA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O OUTRO DA ALTERIDADE

Thamires Chagas D' Alcântara

As últimas duas décadas do século XX e os anos iniciais do século XXI foram marcados por disputas e debates no campo acadêmico em relação às epistemologias “euro-ocidentais” que ancoravam as pesquisas históricas, principalmente, com a chegada do giro linguístico – que abalaria o status empirista da pesquisa - e o giro decolonial, que lançaria as críticas da escrita “imperialista-ocidental” da história e ao sujeito soberano, bem como o questionamento do lugar do investigador. Este artigo envereda-se, portanto, pelo legado que as críticas do giro decolonial granjeou nos últimos anos. E, como sua leitura do mundo abalou os mundos epistêmicos até então hegemônicos. Sendo assim, esta pesquisa propõe-se a indicar como fazer uma leitura decolonial dos discursos missionários protestantes, mesmo que sejam apontamentos iniciais para a criação de um projeto de pesquisa futuro que envolva uma leitura política do religioso, levando em conta os problemas de classe, gênero e raça que o discurso religioso carrega consigo, ou melhor, o silenciamento sobre estes problemas estruturantes que o “cristianismo” consciente ou inconscientemente corrobora. Para isto, tomar-se-á uma postura crítica em relação às abordagens apologéticas e desmistificadoras, tomando como ponto de equilíbrio o que Sérgio da Mata chama de compreender a religião nas suas relações com a cultura e a sociedade, somando-se a isto a construção histórica e discursiva do outro. Posto isto, podemos nos perguntar: Por que não poderíamos levar em conta a perspectiva decolonial nos estudos de religião nas antigas colônias? O que o pesquisador da religião ganharia ao somar aos seus esforços a contribuição do paradigma do giro decolonial? Diria que ganharíamos muito ao adotá-la, apesar das ressalvas que esta assertiva causa em meios mais tradicionais.

ST – PODER E POLÍTICA NO OITOCENTOS: ORIGEM E COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS ELITES NO IMPÉRIO

Coordenação: Dr. Yuri Costa (UEMA)

Ms. Edyene Moraes dos Santos (UFMA / Doutoranda – UNESP/Assis)

O Simpósio Temático tem como objetivo reunir estudos sobre a política desenvolvida desde a Independência até o fim do período monárquico. Será dada ênfase aos partidos políticos predominantes, ao sistema de eleições, às estratégias de embate entre grupos e às aproximações e distanciamentos entre as elites regionais/lokais e a Corte. Em particular, preocupa também o Simpósio entender a origem e a composição social das elites que protagonizaram o cenário político em destaque, englobando, por isso mesmo, trabalhos sobre trajetórias de vidas e biografias coletivas, desde que relacionados ao campo político.

A IMPRENSA NO PÓS-ABOLIÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E AS AUTORIDADES POLÍTICAS DO MARANHÃO E BAHIA (1887-1889)

Ana Alice Araújo Cantanhede

Partindo da ideia da existência de jornais que surgiram com caráter abolicionista, transformados em relevante mecanismo de denúncia da condição da população negra escravizada, procura analisar aspectos das experiências negras a partir de jornais datados de 1887, 1888 e 1889. O objetivo da comunicação consiste em analisar as relações dos abolicionistas, enquanto movimento, com autoridades políticas. Para isso, investiga-se cerca de 140 edições dos seguintes periódicos: Pacotilha (Maranhão) e O Asteroide: organizações da propaganda abolicionista (Bahia). São jornais com espaços de circulação distintos, com proporções por ora semelhantes no que se refere ao discurso abolicionista, mas voltados para públicos diferentes. A Bahia foi uma das principais províncias com representantes políticos no Império. Além disso, tinha uma economia exportadora sustentada pelo sistema escravista, possuindo um dos maiores portos de entrada de escravos traficados, sendo palco para grandes revoltas escravas. No Maranhão, a economia era proveniente da mão de obra escrava, mas com a proibição do tráfico negreiro internacional, em 1850, a província passou de importadora para exportadora de cativos, onde grande parte era enviada para o Sudeste. Embora envolto nesse quadro, o Maranhão, as vésperas da abolição, ainda era uma das províncias com relevante número de cativos. Tendo em vista que a Pacotilha (MA) era um jornal de grande imprensa, os interesses políticos atribuídos a ele eram muito mais evidentes em relação ao jornal que representava uma expressão do movimento abolicionista, como O Asteroide (BA). A relação entre a política e o movimento dos abolicionistas foi sendo construída de acordo com o processo de abolição. O Brasil adotou uma longa trajetória no sistema escravista, e com o período prévio à aplicação da Lei nº 3.353, a elite política, não raras vezes, buscou se aliar aos abolicionistas em prol de seus interesses pessoais e partidários.

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO MARANHÃO OITOCENTISTA: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

Edyene Moraes dos Santos

No Maranhão da segunda metade do século XIX, os grupos políticos que se gravitavam em torno das instituições políticas imperiais passaram por um processo de estruturação e organização de suas ações. Seguindo uma tendência em andamento especialmente na França e Inglaterra, as primeiras organizações partidárias surgiram no Maranhão, assim como em outras províncias, tornando-se ao longo do século XIX uma das mais importantes manifestações do exercício da política imperial. A década de 1840 foi marcada, assim pelo nascimento dos partidos políticos, num primeiro momento representados pelos principais grupos:

Liberais e Conservadores. No Maranhão, essa polarização obedeceu a um esquema presente nas mais importantes províncias caracterizada por momentos de alternância no poder entre um grupo e outro. São a partir da iniciativa dos dissidentes dos partidos Liberal e Conservador, que surgiram outros partidos a partir do fim da década de 1860, como os partidos Progressista e Republicano.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL NO PIAUÍ: ELITE REGIONAL E POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Francisco de Assis Oliveira Silva

O século XIX no Piauí fora marcado no cenário político tanto pelas divergências ocorridas entre a elite local, quanto pelo arranjo institucional que os colocaram no poder, havendo diversas vezes dissensão durante a construção do Estado imperial brasileiro. Nesse intuito, contamos com o olhar voltado ao campo da História e política, cujo estudo volta a despertar o interesse dos historiadores na busca pelo entendimento das questões sociais e o sujeito político. A temática que pareceu defasada a muito tempo, onde se estudava a relação do Estado, do poder e das disputas entre instituições, surge como possibilidade singular no entendimento da tensões políticas e divergências regionais entre as elites no século XIX. Nessa conjuntura, a política imperial nos primeiros anos pós o simbólico grito do Ipiranga conviveu constantemente com arranjos institucionais na esfera do poder local e a nível nacional, representado pelo monarca na Corte, situada no Rio de Janeiro. As relações políticas entre a Corte e as províncias trouxeram consigo a formação e consolidação dos grupos oligárquicos no poder. O presente trabalho busca analisar como a elite local chega ao poder dentro da província piauiense, contribuindo para a construção do Estado imperial brasileiro entre 1823 a 1825. Abordaremos ainda as relações de poder, tensões e rupturas entre os membros da elite local, compreendendo as discordâncias internas no que se refere a afirmação Estado imperial em oposição ao movimento separatista intitulado Confederação do Equador.

AS ELITES DO MARANHÃO IMPERIAL E A JUSTIFICATIVA RACIAL DO CATIVEIRO

Nayara de Fátima Nunes Santos

O trabalho tem como objetivo analisar a repercussão das teorias raciais em impressos do Maranhão oitocentista. Particularmente, pretende criticar jornais da segunda metade do século XIX, investigando a forma como a utilização de doutrinas raciais contribuiu para a justificativa do cativeiro no Império. Busca-se analisar como a elite maranhense oitocentista utilizou o campo político para a (re)construção de ideologias com relação ao cativeiro, ao negro e ao africano. Nesse aspecto, a imprensa constituiu-se como palco político, servindo como um dos principais meios de circulação de ideias pretensamente legitimadoras do escravismo. Nesse sentido, os postulados racistas foram difundidos e redefinidos, circulando como forma de demonstrar o embasamento teórico para a justificativa da escravização. Assim, as páginas dos impressos serviram para que a elite maranhense do Oitocentos manipulasse, através de doutrinas raciais, o imaginário construído sobre os negros escravizados.

FACÇÕES POLÍTICAS E USOS DA JUSTIÇA NO MARANHÃO IMPERIAL (1856-1858)

Yuri Michael Pereira Costa

O objetivo da comunicação é analisar o conflito entre grupos políticos no Maranhão da segunda metade do século XIX e as estratégias utilizadas nesse embate. O debate se insere no campo de pesquisa que o autor explora desde a época da graduação, voltado à análise das representações das elites sobre o escravo na Justiça do Oitocentos e, de forma igualmente relevante, a ingerência de fatores políticos sobre o Poder Judiciário imperial. Para a exploração do tema, será destacado o particular conflito travado entre liberais e

conservadores de Alcântara/MA na década de 1850 e a forma como o embate foi projetado sobre casos levados ao Judiciário e à Polícia. Trata-se da contenda entre Carlos Fernando Ribeiro, o barão de Grajaú, e Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, o barão de São Bento. A colisão entre os dois personagens alcançou considerável projeção política na segunda metade do Oitocentos, quando conseguiu influenciar relevante parte do território maranhense. Como pano de fundo da discussão aqui proposta, há a história da escrava Carolina, de propriedade de Carlos Fernando Ribeiro, morta em situação controversa no final de junho de 1856. Entre relatos jornalísticos, falas de testemunhas e laudos médicos, instaurou-se uma imbricada investigação da morte da cativa, que transitou entre a suspeita de um violento homicídio e uma suposta morte acidental. A tese é de que a projeção do caso sobre as autoridades policiais e judiciárias denota a ingerência de elementos políticos sobre as autoridades provinciais.

ST – RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE MARANHENSE OITOCENTISTA

Coordenação: Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

Dra. Marize Helena de Campos (UFMA)

Este simpósio temático tem por objetivo refletir sobre temas relacionados às questões de gênero na sociedade maranhense do século XIX, visando o conhecimento das pesquisas que veem sendo desenvolvidas no campo da historiografia maranhense. Serão problematizadas as múltiplas experiências dos sujeitos históricos, com o propósito de discutir questões relacionadas aos papéis atribuídos a homens e mulheres, identidades (feminilidades e masculinidades), sexualidades, subjetividades, feminismos, relações de poder. Pretendemos abordar nesse espaço de discussão as pesquisas sobre as relações de gênero na perspectiva da educação, trabalho, família, feminismos, política, violência de gênero, sexualidades, patrimônio, migrações, com destaque para a abordagem interseccional.

MULHERES INDÍGENAS: GENOCÍDIO E VIOLÊNCIA NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Ana Carolina da Luz Nunes

Dentro da dinâmica historiográfica, as pesquisas referentes às mulheres indígenas ainda são escassas, sobretudo, com relação à violência. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo incorporar as mulheres indígenas como sujeito da história, analisando na perspectiva das relações de gênero, o genocídio e as violências que essas mulheres sofriam no Maranhão Oitocentista, mediante ao processo de epistemicídio e etnocídio das populações indígenas. Em decorrência disso, o propósito é mapear os casos de assassinatos e maus tratos cometidos contra esse grupo e quais os impactos causados para historiografia, mas, sobretudo, para essas populações. Para tanto, toma-se como procedimento inicial fontes primárias contidas no fundo da Secretaria do Governo do Arquivo Público do Estado do Maranhão referente a estes temas-problemas.

SABERES QUE CURAM E EDUCAM: AS PRÁTICAS EDUCATIVAS RELIGIOSAS DAS MULHERES ESCRAVIZADAS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Elaine Regina Mendes Pinheiro Lisboa
Thalisse Ramos de Sousa

Este trabalho possui a lógica de revisar o que está nos bastidores da história da escravidão, com ênfase nas práticas educativas direcionadas para a transmissão de saberes religiosos das mulheres escravizadas no Maranhão oitocentista. As referidas práticas foram trazidas de África e ressignificadas no Maranhão ou “nasceram” na Província e também foram adaptadas, de forma que passaram por processos de aprendizagens, formais ou não formais. As crenças religiosas permearam o cotidiano das mulheres escravizadas, assim, objetiva-se destacar alguns exemplos onde esses sujeitos ensinavam e aprendiam: as benzedeiras curavam o povo, ensinavam os seus saberes e despertando o medo da elite; as Irmandades de Pretos, configuraram-se como espaços de religiosidade e de múltiplas sociabilidades. Costumeiramente, as práticas culturais dos sujeitos escravizados foram coibidas, todavia eram realizadas, transmitidas e aprendidas como o culto aos orixás e voduns, as festas, os batuques, as danças. Além disso, num contexto do projeto civilizatório, a Igreja Católica em parceria com o Estado também deixou a sua marca através de missas, procissões, liturgias, além das expressões de sincretismo, como a Festa do Divino, tais atividades possuem um viés educativo e moldavam a sociedade que o Estado precisava. Essa parceria levou também a Igreja Católica a assumir, principalmente, o saber institucional feminino, ligado a escolas, asilos, recolhimentos e internatos, locais onde as escravizadas também circulavam. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo analisar e fazer o cruzamento de fontes documentais (Compromissos de Irmandades, Estatutos do Asilo de Santa Tereza e do Recolhimento de Nossa Senhora dos Remédios, documentos ligados

à Igreja Católica, entre outros) que dão indícios de que essas mulheres participaram de diversos processos de ensino e aprendizagem no que se refere aos aspectos da religiosidade.

DOTAR PARA CASAR: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E A CONCESSÃO DE DOTES DE CASAMENTO A MOÇAS DESVALIDAS

Elizabeth Sousa Abrantes

A sociedade maranhense do século XIX procurava normatizar a vida social das mulheres por meio do casamento. As mulheres pobres e sozinhas também eram alvo dos discursos e práticas reguladoras, fazendo com que as jovens sem amparo familiar não dispusessem de muitas alternativas para manter a preservação de sua honra, de acordo com os valores morais dominantes, senão por meio da segregação em alguma instituição asilar ou do casamento. A fórmula para promover esses casamentos foi a concessão de dotes por parte de particulares ou de organizações caritativas. Muito mais que um costume de caridade cristã, a prática da dotação de órfãs e desvalidas revela a imagem idealizada que a sociedade possuía sobre a mulher e o casamento. Para muitas mulheres pobres abrigadas ou não em instituição de caridade, o dote representava uma garantia de casamento e, consequentemente, um enquadramento no perfil de mulher honesta, voltada para os deveres domésticos e livres dos perigos da prostituição. Este estudo aborda a prática caritativa da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na concessão de dotes de casamento para mulheres pobres e desvalidas durante o século XIX, apresentando o valor material e simbólico dessa prática dotal, bem como as dificuldades enfrentadas pela confraria e suas estratégias para responder às solicitações das requerentes ou de seus responsáveis.

A IMPONÊNCIA ARQUITETÔNICA DA CIDADE DE CAXIAS MARANHÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX. UMA RELAÇÃO DE PODER ENTRE AS CLASSE SOCIAIS

Elizete Santos

O texto trata de um olhar sobre a estrutura edificada que a cidade de Caxias-MA ganhou no início do período republicano e as relações de poder estabelecidas entre as classes sociais existentes no período. O foco discursivo recai sobre dois pilares: o primeiro discute as estratégias que a classe dominante utilizou para ocultar as marcas que a Guerra da Balaiada provocou no cenário nordestino e o segundo sobre as táticas que as classes populares, em especial as mulheres elaboraram para se relacionarem com esse espaço elaborado, ou seja, como as mulheres lidaram com essa nova paisagem, assim como os enfrentamentos e as articulações dispensados, etc. Essa discussão advém de um dos capítulos da tese de doutorado em que se discute a subversão feminina nessa nova ordem estabelecida, ilustrando os enfrentamentos vividos pelas mulheres caxienses nos primeiros sessenta anos do período republicano até galgarem o ensino superior. A presente discussão se volta para o cotidiano urbano, os olhares e fazeres das duas classes sociais. De um lado a preocupação de uma das classes, voltada para a fossilização de hábitos e costumes adquiridos no período da modificação arquitetônica. Vale ressaltar que nesse período foram intensificados os processos de higienização da cidade, saneamento, iluminação e embelezamento, produzindo grandes alterações na paisagem urbana da cidade tanto no âmbito do patrimônio material quanto imaterial; do outro lado, a classe popular lutando pela aquisição de direitos civis e sociais dentre outros, reclamados desde o período abolicionista.

VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS E FORRAS NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Francinete Poncadilha Pereira

O presente artigo apontar os meandros da sociedade maranhense no século XIX, no qual destacamos as vivências das mulheres negras escravizadas e forras. As adversidades cotidianas destas mulheres estavam presentes tanto dentro como fora dos lares oitocentista. Dentro das casas dos senhores, muitas tinham que conviver com abusos sexuais, ou eram exploradas como amas de leite, deixando de lados seus próprios filhos. O sistema escravista não levava em conta os laços familiares desenvolvidos pelos escravizados. Assim, a maternidade destas mulheres estava atrelada aos laços de solidariedade desenvolvidos entre tais sujeitos escravizados, forros ou livres pobres. A maternidade para elas, no geral, era transferida ou compartilhada. Estas mulheres na sociedade maranhense oitocentista eram responsáveis pela maioria das atividades domésticas, além disso, dominavam o comércio de venda de gêneros alimentícios nas ruas das cidades. Nas ruas, apesar da autonomia promovida pelo ganho das vendas de alimentos, estas mulheres ficavam mais exporta as violências físicas. Mesmo diante do sistema escravocrata opressor vigente, estas mulheres buscaram táticas e mecanismos de resistências, como furtos, fugas, prostituição, assassinatos ou suicídio. As fontes utilizadas consistem em ofícios, partes de polícia, correspondência de magistrados, jornais, mapas de população e autos cíveis.

FORMAR-SE PROFESSORA: POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DE INSTRUÇÃO FEMININA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

Ilma de Jesus Rabelo Santos

Este trabalho pretende analisar o contexto do século XIX em que uma maior oferta de educação institucional foi oportunizada, mas também buscada pelo público feminino. Considerando que as propostas de maior instrução para as mulheres se apresentam marcadas pelo discurso religioso, médico e educacional, majoritariamente masculino, propomos algumas reflexões acerca do ideário dessa sociedade ao buscar na formação docente feminina uma conformação entre as necessidades do Estado em atender as demandas por maior acesso à educação primária, e o ideal da mulher mãe. A criação da Escola Normal do Maranhão significou a institucionalização do ensino secundário e uma oportunidade de ampliação das expectativas intelectuais para as mulheres. O tornar-se professora significou a construção e formação técnica das professoras primárias, pois essa maior escolaridade feminina na Escola Normal lhes habilitava para a vida em sociedade como esposas e mães, mas também para uma formação profissional. Fazemos essa discussão a partir do uso de categorias como gênero, buscando analisar as representações do feminino no imaginário social. Propomos um diálogo com autores que discutem noções de gênero, identidade, memória, como Joan Scott, Michelle Perrot, Chartier, entre outros. Utilizamos fontes primárias variadas: legislação vigente, estatutos e regulamentos de instituições públicas e jornais, considerando os discursos de diferentes sujeitos sociais sobre a condição feminina na sociedade maranhense, a educação ideal para as mulheres e a formação docente em nível secundário.

CONCEPÇÃO DA IMAGEM DO ‘BELLO SEXO’ NO PERIÓDICO O JARDIM DAS MARANHENSES

Natália Lopes de Souza

Este trabalho pretende analisar as representações do que é ser mulher, contidas no periódico maranhense *O Jardim das maranhenses*, bem como o conteúdo do jornal voltado para o público feminino. Utilizaremos como recorte temporal os anos de 1861 e 1862, datas em que o periódico semanário literário, moral, crítico e recreativo circulou na sociedade oitocentista. O que nos chama a atenção, que em meio a uma crescente produção da imprensa maranhense no XIX, o alvo para o qual são dirigidas as publicações deste periódico analisado, são as mulheres. Em todo o momento, o jornal enfatiza seu posicionamento de defesa do ‘bello sexo’. Acerca disso, buscaremos elucidar quais as formas que o jornal utilizou para obter o interesse feminino no periódico bem como visualizar o tipo de literatura que estas consumiam. Além disso, objetivaremos entender também como os escritos do dito periódico representavam as mulheres do seu tempo

e vislumbrar como a partir da perspectiva do jornal aqui abordado se dava a visão do que é ser feminino perante a sociedade. Portanto, esperamos elucidar se a forma descrita no jornal do que é ser mulher e seu comportamento social estava vinculada a visão do homem, pois estes, em sua maioria escreviam os conteúdos destinados as mulheres. Para isso, analisaremos o conteúdo do periódico pensando na mensagem e intenção que tais produções desejavam passar.

O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL

Nila Michele Bastos Santos

O presente estudo busca analisar as relações afetivas construídas por mulheres na sociedade escravista maranhense, evidenciando o papel da mulher escrava nesse contexto. Através da documentação, que se constituirá em testamentos, processos de divórios e autos de denuncia propõem-se diminuir os silêncios impostos as mulheres. Mesmo estas não tendo escrito nada sobre si, podemos no âmbito do provável, por meio da leitura das entrelínhas e dos “espaços em Brancos” da documentação, acessar um universo valorativo que não era restrito apenas aos livres, mas a todos que compartilhavam da mesma época. Nessa perspectiva optamos por trabalhar utilizando a categoria de gênero para aporte teórico, pois entendemos que além desta ser uma categoria relacional possuí a capacidade de articular diversas variáveis conferindo uma historicidade para além dos corpos sexuados que os sujeitos comportam.

MULHER E DOTE NO MARANHÃO OITOCENTISTA

Raquel Galvão Pinheiro

Este estudo visa analisar a prática dotal na sociedade maranhense do século XIX, a fim de compreender como esta prática estava inserida na sociedade e como as famílias utilizavam-se dela para conseguir casamentos vantajosos para suas filhas, dessa forma conseguiram manter também o status social. No entanto, o casamento não era somente uma maneira de as famílias abastadas realizarem suas alianças, para as mulheres era uma forma de “proteção”, o estado de casada dava a elas uma garantia econômica e prestígio, numa sociedade patriarcal, onde a mulher era tida como alguém incapaz, que precisava dos cuidados do pai, ou do marido quando casava. Por isso o estado de casada era importante para essas mulheres, as famílias criavam suas filhas já com esta preocupação desde cedo, por isso ter um dote era necessário para elas, pois era um estímulo ao casamento, enquanto a falta do dote poderia ser um impedimento aquelas que desejavam casar. A prática dotal não esteve presente na sociedade brasileira e maranhense, apenas durante o período colonial. Durante o período imperial, ainda se fazia uso dessa prática, ligada diretamente ao casamento da mulher, na sociedade maranhense, foi possível encontrar através das fontes impressas, que o dote ainda se fazia presente sendo utilizado de diversas maneiras, por mais que mudanças já tivessem ocorridas no Brasil, as mulheres ainda continuavam a depender em relação ao casamento de um dote.

AS NORMALISTAS: OS DISCURSOS DOS INTELECTUAIS SOBRE A FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS NA ESCOLA NORMAL LUDOVICENSE

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Este estudo aborda os discursos dos intelectuais maranhenses sobre a formação das professoras primárias na Escola Normal de São Luís no final do século XIX, com a ênfase que era dada no aspecto missionário e maternal. Faz-se um breve percurso histórico da Escola Normal de São Luís desde a primeira experiência, também conhecida como aula de pedagogia, criada em 1840, até a criação de fato desta instituição no início

da república em 1890. A criação dessa instituição oficial de ensino como responsável principalmente pela formação profissional de moças na cidade de São Luís, na virada do século XIX, foi de suma importância, pois esta formação lhes possibilitava a conquista de espaços nas salas de aulas como estudantes e no futuro como professoras. Procuraremos identificar nos discursos dos intelectuais qual o ideário em relação às normalistas, tanto na condição de estudantes como de professoras, o comportamento desejado, as missões que lhes eram atribuídas, e as expectativas em torno da “aura” missionária do magistério feminino.

A ATUAÇÃO DAS MULHERES DOCENTES NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX (UM OLHAR NO MARANHÃO)

Vanessa Freitas Dias

O presente estudo tem como tema “A atuação das mulheres docentes na educação primária brasileira do século XIX (Um olhar no Maranhão)” e se apresenta como necessário para a compreensão do real cenário educacional brasileiro, sobretudo no estado do Maranhão, no qual as mulheres compõem mais da metade do quadro geral de docentes, principalmente na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Todavia, para que isso acontecesse as mulheres tiveram que percorrer um árduo e doloroso caminho, rompendo com todos os paradigmas e preconceitos de uma sociedade que anulava por completo seus direitos mais essenciais, como por exemplo, o direito de ser instruída e frequentar as escolas assim como o público masculino. Diante do que foi exposto, deparamo-nos com a seguinte questão: Como ocorreu a inserção das mulheres docentes na educação primária brasileira no estado do Maranhão no século XIX? Desta forma, este estudo tem como objetivo geral, compreender os processos históricos que permearam o ingresso das mulheres na carreira docente, assim como identificar quais os fatores que levaram a inclusão das mulheres no ensino da educação primária, descrever o impacto da educação feminina na sociedade e refletir sobre a importância das docentes para a construção da sociedade maranhense. No caminho metodológico utilizado para levantamento das informações, destaca-se a Pesquisa bibliográfica, realizada a partir de fontes como livros, revistas e artigos científicos, mediante fontes renomadas. Nesse sentido, o marco conceitual foi pautado em autores como: Almeida (1998), Louro (2001), Michelet (1995), Tanuri (2000), Ribeiro (2000), dentre outros. A pesquisa realizada tendo por base a fala e pontuações dos autores estudados mostrou a relevância da temática para a sociedade e para a compreensão maior da atual realidade em que vivemos.